

# África de muitas faces



Nathanaël Nguaka e Maurícia Ngolo, da República do Congo; Mamadú Embaló, de Guiné-Bissau

**Diversidade** O desconhecimento ocidental com relação aos povos africanos tem muito a ver com a imagem homogênea criada pela mídia: há mais do que savanas repletas de animais selvagens, existem grandes

conglomerados urbanos e nem todos os 54 países vivem em situação de conflito e de pobreza extrema. Africanos de diferentes nacionalidades que vivem no Brasil – muitos vinculados à UFRGS –, por meio de suas im-

pressões, contribuem para evidenciar as diversas Áfricas. Ainda que seus relatos carreguem traços comuns, as demandas específicas se revelam distintas. *CadernoJU*

## DEPOIMENTO

### Mudança na Amazônia

A experiência de imersão na cultura e na vida dos habitantes da região amazônica pelo mestrando Pedro Frizo o fez perceber os impactos do modelo de desenvolvimento econômico.



PEDRO FRIZO (ARQUIVO PESSOAL)

## CIÊNCIA

### Uma casa ecológica

Com uma série de inovações e soluções que buscam ampliar e otimizar o uso de recursos naturais e renováveis, o projeto da Casa E propõe manter a natureza em equilíbrio e garantir recursos para as gerações futuras. Idealizada pelo professor Flavio Horowitz, a casa-conceito reúne conhecimentos de diferentes áreas e tem um projeto tão inovador que foi sendo desenvolvido no próprio processo de construção. *P11*

## EDUCAÇÃO

### Proposta de escola exige debate

O especialista em políticas públicas educacionais Carlos Roberto Jamil Cury critica a forma como o governo federal operou a mudança no modelo de Ensino Médio adotado no Brasil. Para o pensador, o ideal é que o ensino profissionalizante se dê de maneira complementar à formação geral. Ele problematiza o quanto um modelo de educação precisa ser planejado e discutido para que não haja o risco de criar distorções. *P8*

## CÂMPUS

Três décadas de qualidade e reflexão no Programa de Pós-graduação em Música *P7*

## IDEIAS

### A relação entre o poder judiciário e o campo político

*P4*

## BALÉ

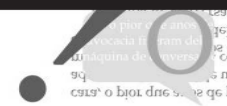
### Intercâmbio de experiências



*P13*

## Idiomas sem Fronteiras

Projeto amplia e diversifica a oferta de aulas gratuitas de línguas estrangeiras *P3*



## Espaço da Reitoria

Denise F. Jardim  
Coordenadora da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Afirmativas

### Ações Afirmativas e Inclusão Social

Em 2008, a reserva de vagas foi adotada na UFRGS após intenso debate entre a e a sociedade civil e a comunidade universitária. O tema foi levado ao Conselho da Universidade (CONSUN), constituindo-se, então, um grupo de trabalho que elaborou uma proposta que foi submetida ao pleito. A aprovação da reserva de vagas abarcou o reconhecimento da escola pública e o ingresso por autodeclaração de pessoas negras como modos de fortalecer a democratização efetiva da sociedade. O ingresso especial de indígenas aprovado nessa ocasião destinou dez vagas para cursos a partir da escolha do Fórum das Lideranças do estado por meio de edital próprio. A apreciação do Supremo Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade em 2010 e o julgamento favorável em 2012 propiciaram o ambiente para a Lei Federal 12.711/2012, que estendeu a reserva de vagas a todas as instituições federais de ensino superior.

Ao longo de dez anos, é importante evidenciar que as ações afirmativas não são apenas as vagas reservadas que foram ocupadas. O mecanismo

tem atingido uma recomposição do universo acadêmico em sintonia com a pluralidade do corpo social. A UFRGS passou a ser um destino escolar que anima diferentes segmentos da sociedade até então sub-representados no ambiente acadêmico.

Com a criação da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) em 2012, a produção de relatórios públicos oferece à comunidade acadêmica a oportunidade de conhecer a si própria; à sociedade, o ensino de apropriar-se de informações que atualizamos ao longo do ano, ao fornecer elementos concretos e estimular a reflexão e orientar ações. Desde então, reforça-se o compromisso de aprimorar um conjunto de práticas institucionais que envolvem uma vigorosa rede de profissionais. Os técnicos, alunos e docentes envolvidos em núcleos, ações e grupos de pesquisa, ensino e extensão deram lugares de expressão e multiplicaram os sentidos restritos a uma “reserva de vagas” para ingresso.

O que temos pela frente? Para aprimorar os modos de inclusão social, a equipe CAF intensificou as formas

de acompanhamento. Nesse novo ciclo de trabalho, nossa prioridade é uma interlocução e atuação conjunta com as comissões de graduação dos diversos cursos. Esse é um polo em que as experiências, inovações e novas práticas encontram maior ressonância na vida dos acadêmicos.

Em dezembro de 2016, a Lei 13.409, de inclusão de pessoas com deficiência por reserva de vagas nas IFES, é aprovada. Em que pese já ser uma regra para algumas instituições federais de ensino superior, não é um tema inteiramente desconhecido na UFRGS e vai demandar muitas vozes e indagações a serem ouvidas em seu processo de incorporação na política institucional. O que precisamos saber sobre a ação afirmativa é sua estreita conexão com a noção e complexidade da inclusão social. Esta, pois, sempre demandará inúmeras transformações no ambiente institucional para poder reverberar os sentidos conferidos pela sociedade. Em um ambiente da ciência e inovação como o nosso, conhecer aquilo que ainda não sabemos e fortalecer as elaborações inclusivas são partes fundamentais de nosso ofício.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

#### Reitor

Rui Vicente Oppermann

#### Vice-reitora

Jane Fraga Tutikian

#### Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

#### Secretário de Comunicação Social

André Iribere Rodrigues

#### Vice-secretária de Comunicação Social

Édina Rocha

#### JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

#### Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

#### Editor substituto

Everton Cardoso

#### Subeditora

Jacira Cabral da Silveira

#### Repórteres

Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

#### Projeto gráfico

Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

#### Diagramação

Vera Lúcia Giliese

#### Fotografia

Flávio Dutra (Editor)

#### Revisão

Antônio Palm Falcetta

#### Bolsistas (Jornalismo)

Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

#### Circulação

Cristiane Lipp Heidrich

#### Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 12 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



múltipla  
**UNIVERSIDADE**  
inovadora inspiradora

16 a 20  
OUTUBRO  
Campus do Vale

#### FIQUE ATENTO ÀS INSCRIÇÕES

Salão de Iniciação Científica - de 01/06 a 31/07/2017

Salão de Ensino - de 23/05 a 02/07/2017

Salão de Extensão - certifique-se das datas das modalidades em:  
[www.ufrgs.br/salaodeextensao/](http://www.ufrgs.br/salaodeextensao/)

Salão EDUFRGS - de 01/06 a 31/07/2017

Salão UFRGS Jovem - de 02 a 21/08/2017

Finova - 01/08/ a 31/08/2017

## Artigo

# Licenciatura em educação do campo no Litoral Norte

A UFRGS desenvolve o Curso Especial de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza tanto no câmpus sede como no Câmpus Litoral Norte, sendo que este último realizou os três ingressos anuais previstos no edital. A escolha dessa habilitação seguiu os princípios do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que afirma a necessidade de cursos interdisciplinares com formação por área de conhecimento, atendendo, assim, à urgência de formar professores vinculados à área de Ciências da Natureza.

Entendemos a formação por área como condição necessária para a produção do conhecimento na contemporaneidade. Essa perspectiva oferece suporte para a compreensão mais global dos fenômenos e dos objetos de estudo. Acreditamos que essa formação não rompe com os saberes específicos de ordem disciplinar, mas os amplia e os reatualiza, colocando-os em interlocução.

De acordo com o Projeto Político-pedagógico do curso, e utilizando as palavras de Roseli Salete Caldart na publicação *Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*: “A formação

de educadores por área de Conhecimento, na perspectiva deste curso, almeja que os docentes egressos contribuam significativamente na superação da disciplinarização dos saberes, ainda hegemônica nos currículos escolares em geral. Para tanto, a proposta curricular do curso possibilitará que o licenciando vivencie em seu cotidiano acadêmico a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados no mundo da vida rural, em particular os mundos do trabalho docente e do Campo”.

Além dessa especificidade, o curso é desenvolvido com base na Pedagogia da Alternância, como sugerem os marcos normativos da Educação do Campo. A articulação entre momentos alternados de atividade escolar e ações de pesquisa na comunidade pressupõe o entendimento de que a educação ocorre também para além dos muros escolares. Ademais, tal organização, segundo Maria Isabel Antunes Rocha, na obra *Educação do Campo – desafios para a formação de professores*, “busca superar a perspectiva de que a escola é lugar da teoria e a comunidade é lugar de aplicação/transformação”.

Nessa perspectiva, os tempos comunitários e os tempos escolares são encarados

como espaços contínuos de aprendizagem, entendendo-se que o tempo comunidade oferece-se ainda como local para a aprendizagem dos educandos, pois possibilita a relação expressiva entre família, comunidade e escola.

Conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso/2013, a Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS está organizada em momentos de alternância por semestre letivo, nomeados Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Essa perspectiva, como afirmado anteriormente, busca possibilitar “diversas interfaces entre os mundos da vida rural, em particular os mundos do trabalho docente e do Campo, e o mundo acadêmico, devidamente mediatizados e problematizados pelas intervenções pedagógicas da equipe de professores e professoras da Universidade”, de acordo com o texto do projeto.

Tratando ainda das especificidades e princípios das licenciaturas em Educação do Campo, Monica Castagna Molina corrobora o entendimento de que os estudantes que estão em formação nos cursos de educação do campo e que irão atuar nas escolas do campo considere[m]: “antes de tudo, que a existência e a permanência (tanto dessas escolas quanto desses sujeitos) passam, necessariamente,

pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes; do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira”, diz a autora.

As universidades, em sintonia com os movimentos sociais, lançam-se na luta de uma nova formação, “pensando no e do campo”, pois se deseja uma escola contextualizada no campo, no trabalho e nas diferentes manifestações da vida nele presentes, ou seja, vinculada à vida real dos sujeitos. No entendimento de Caldart, a educação no e do campo se explica: “NO: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive. DO: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Atualmente, nosso curso tem mais de 100 alunos regulares e a previsão de que, já no primeiro semestre de 2018, se forme a primeira turma.

**Elisete Enir Bernardi Garcia**  
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza (Câmpus Litoral Norte)



# O Idiomas sem Fronteiras da UFRGS

Depois de pouco mais de três anos promovendo preferencialmente cursos de inglês, *Idiomas sem Fronteiras* (IsF) vem diversificando sua oferta. A UFRGS, vinculada a esse programa do Ministério de Educação (MEC) desde a sua criação, também tem disponibilizado novas opções de cursos, como de alemão e de japonês, iniciados em 2017. No ano passado, já haviam sido oferecidos cursos de francês, espanhol, italiano e português para estrangeiros. Conforme dados do Ministério, já são mais de 170 mil alunos contemplados com o *Idiomas sem Fronteiras* em todo o país.

De acordo com a professora Simone Sarmento, uma das três coordenadoras do programa na Universidade, o IsF começou a ser pensado em 2012 a partir da constatação da falta de conheci-

mento de idiomas por parte dos estudantes que participaram do *Ciência sem Fronteiras*, especialmente com relação à língua inglesa. O programa começa, então, a ser pensado para corrigir essa deficiência e também para buscar resolver a carência de centros de aplicação de exames de proficiência em línguas em todo o território nacional.

Com a Secretaria de Ensino Superior (SISU) à frente do processo, são convidados representantes docentes de dez Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que apresentavam expertise no ensino de inglês e forte trabalho em ensino a distância. Esses professores participariam da elaboração do programa que inicialmente foi montado exclusivamente na modalidade EAD. A UFRGS foi uma das universidades convida-

das e Simone uma das professoras que passou a integrar o grupo, tendo trabalhado na SISU nos anos de 2014 e 2015 especialmente para esse fim.

O lançamento oficial do IsF em nível nacional ocorre no dia 18 de dezembro de 2012, mas é a partir de 2014 que tem início a oferta de cursos presenciais, com turmas de 15 a 20 alunos. Atualmente, a UFRGS mantém 45 turmas de inglês, com oito entradas ao longo do ano. Os cursos podem ter a duração de um a quatro meses e, por ser um programa voltado às necessidades acadêmicas, além do *Inglês para Internacionalização*, os cursos também podem atender a demandas como *ler artigos e livros, escrever artigos acadêmicos*, etc. O programa do *Idiomas sem Fronteiras* da UFRGS mantém uma página no Facebook (ingles-

semfronteirasufrgs), em que são divulgados os editais de inscrição para os interessados em concorrer às vagas do programa.

Quanto ao corpo docente: é formado por alunos de graduação do Instituto de Letras com proficiência na língua a ser ministrada. Hoje são 15 professores-bolsistas, sendo que cada um deles é responsável por três turmas. Simone salienta a importância do IsF para a formação desses estudantes: “É a cereja do bolo”, adjetiva, comparando a experiência àquela proporcionada pela residência médica aos alunos de Medicina. Essas vivências, na avaliação da coordenadora, ajudam a identificar necessidades de aprendizagem que acabam sendo acrescidas na formação dos futuros professores.

Simone só lamenta a falta de novos espaços para a expansão da oferta, pois dependem da disponibilidade das unidades em oferecer salas de aula para a criação de novas turmas, que atualmente se concentram no Câmpus do Vale.

Desde 2014, quando ingressou no curso de Letras da UFRGS, até 2016, Álvaro Rutkoski Didio trabalhou como professor-bolsista. Além da repercussão positiva para seu currículo por ter participado de um programa com tal visibilidade, ele comenta sobre os impactos em sua formação docente. “Fui conhecendo minhas preferências, identificando meus maiores desafios, descobrindo o que deveria aprofundar em meus estudos para realizar um melhor trabalho, o que devia fazer para apropriar os materiais pedagógicos às turmas”. Álvaro se forma no primeiro semestre de 2018 e atribui ao IsF parte de sua certeza quanto à sua escolha profissional.



Programa entra em seu quarto ano de cursos presenciais, ampliando o número de idiomas lecionados

## SEI

### Novidades no Sistema Eletrônico de Informações

Até o final do ano, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFRGS realizará feiras em diferentes câmpus para tirar dúvidas da comunidade acadêmica quanto ao uso dos processos eletrônicos disponibilizados pelo sistema. Implantado em junho de 2014, inicialmente concentrado em processos de pagamento, atualmente o serviço oferece mais de 70 tipos de documentos que atendem a demandas variadas, como ocorrências de sinistro, relatórios de gestão, licitação e pagamento em moeda estrangeira. Em maio, esses números ampliaram com a disponibilização de novos processos de RH no sistema.

De acordo com Gabriela Musse Branco, uma das coordenadoras, atualmente cerca de 65% dos processos abertos na Universidade são realizados no SEI. Isso resulta na redução de custos com material de escritório (papel, envelope, etc.), além de outras vantagens importantes resultantes da migração para o processo eletrônico, como maior segurança, transparência e agilidade. A implantação do SEI contou com a coordenação da PROPLAN em parceria com o CPD da UFRGS.

Qualquer servidor tem acesso ao sistema; basta informar o número de cartão e senha. Além do manual de uso disponibilizado na página [ufrgs.br/](http://ufrgs.br/) conecte-se, a equipe responsável pelo SEI realiza com frequência atividades de treinamento para os usuários, sendo que no mês de maio foi realizado pela primeira vez treinamento na modalidade EAD (ensino a distância).

## Startup

### Destaque em energia

A startup Prosumir, vinculada ao programa de Empreendedorismo da UFRGS através da Incubadora Tecnológica Héstia – órgão auxiliar conjunto do Instituto de Física e da Escola de Engenharia –, foi o destaque em energia do ranking *100 Open Startups*. Esse movimento conecta startups a grandes empresas e divulga os cem negócios brasileiros mais atraentes na visão do mercado e que estão prontos para receber investimentos. A seleção deste ano contou com mais de 2.800 inscrições, tendo sido selecionadas 150 empresas para a finalização do processo de classificação. Na última etapa da avaliação, a participação na Oiweek (Open Innovation Week), novas reuniões com investidores e executivos geraram as mais 600 validações institucionais que compõem o resultado.

A Prosumir é uma empresa que busca gerar valor para a sociedade e para o planeta, atuando no mercado em aproveitamento energético, oferecendo soluções com equipamentos inovadores para transformar resíduos, principalmente de calor, em oportunidades de geração de energia, cogeração e eficiência energética. Segundo Júlio Vieira, um dos diretores da empresa, a Prosumir, ao utilizar o desperdício de calor como lente de análise, são mapeados processos industriais, comerciais e residenciais em busca de soluções para micro e minigeração, contribuindo para a redução de custos operacionais, a otimização de processos e a valorização dos resíduos. Na avaliação de Júlio, doutorando em Engenharia Mecânica da UFRGS, a possibilidade de participar da incubadora da Universidade foi “vital por questões de qualificação técnica e de gestão”.



## CONHECENDO A UFRGS

### Projeto Educacional Alternativa Cidadã

A implantação das cotas, em 2008, na Universidade, possibilitou que um maior número de pessoas de escola pública e com dificuldades socioeconômicas entrassem na instituição. Para tal objetivo, foram criados cursinhos pré-vestibulares populares, como o Projeto Educacional Alternativa Cidadã, o PEAC.

A fim de compreender o cursinho que utiliza, à noite, o espaço das salas do Instituto de Letras, no Câmpus do Vale, entrevistamos professores, alunos e ex-alunos para descobrir tanto as ideias que mobilizam o Alternativa Cidadã quanto as dificuldades enfrentadas desde o seu surgimento, em 2000. “O PEAC já teve muita dificuldade de se manter na Universidade, principalmente quando não era projeto de extensão. Sempre foi uma luta diária por conquista de espaços, até que nós conseguimos nos estabilizar”, afirma Antonio Luz da Trindade, colaborador e professor de Literatura do PEAC.

Entretanto, além das dificuldades de institucionalização enfrentadas até 2005, quando o curso tornou-se projeto de extensão, foi possível concretizar vários sonhos, seja ajudando alunos a ingressarem na Universidade com o auxílio proporcionado pelo projeto educacional, seja encontrando outras formas para os alunos alcançarem o ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni). Além dos alunos, os professores também se enriquecem, construindo vínculos com os estudantes que modificam suas experiências.

Desta maneira, o PEAC acaba sendo uma porta de entrada para alunos descobrirem possibilidades antes desconhecidas por eles. Reunindo o espaço do projeto educacional com o esforço nos estudos, os alunos têm a condição de sonhar com a vitória de passar no vestibular, tendo aulas nas próprias instalações da Universidade.

Vinicius Dutra, *estudante do sétimo semestre de Jornalismo da Fabico*

## Assista ao programa

O Conhecendo a UFRGS sobre o Projeto Educacional Alternativa Cidadã vai ao ar no dia 4 de julho, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também pode ser assistido pelo site [www.unitv.tv.br](http://www.unitv.tv.br)



# Judicialização da política e democracia

Fabiano Engelmann\*

A noção de “judicialização da política” aparece desde a década de 60 na ciência política americana como resultante da análise do fenômeno de crescimento da importância do poder Judiciário no sistema político, em especial da Suprema Corte. O Judiciário desponta como um poder contramajoritário capaz de desconstituir decisões de governo e influenciar no direcionamento de políticas públicas. Na base desses processos estão mecanismos institucionais, como o controle de constitucionalidade que confere às cortes a prerrogativa de dizer a última palavra sobre a “adequação às regras” de decisões governamentais, de atos legislativos e mesmo do próprio jogo político-eleitoral.

Em outro sentido, também é desenvolvida – a partir do estudo do caso americano – a noção de “ativismo político-judicial”, que tenta explicar as lógicas da expansão das causas judiciais pelo envolvimento das demandas de minorias sociais. Nessa perspectiva, para além dos mecanismos institucionais que induzem à “judicialização da política”, temos como centro da análise as estratégias de mobilização do espaço judicial por movimentos sociais, assim como a emergência de uma advocacia especializada em representar causas políticas junto aos tribunais. Determinados movimentos, inclusive, utilizaram como estratégia principal de luta política o litígio judicial, visando reconhecer direitos ou demandar políticas de governo, fortalecendo a profissionalização de advogados militantes encarregados de “pôr na forma jurídica” demandas políticas. Apesar da origem mais nítida no caso americano, tanto o fenômeno da “judicialização da política” quanto as práticas do “ativismo judicial” são observados

também em outras democracias e mesmo em países com regimes autoritários. No último caso, apesar das limitações do contexto jurídico-político, o Judiciário torna-se uma tribuna de resistência e denúncia de violações de direitos civis.

As interpretações da ciência política para essa crescente interação entre o espaço judicial e o espaço político divide-se entre uma visão mais “pessimista” e uma mais “otimista” em relação a seus custos e benefícios para o regime democrático. A primeira percepção destacou os limites do protagonismo judicial em influenciar políticas públicas. Alguns autores chegaram a tratar esse ativismo como um desvirtuamento de funções do Judiciário, que deveria ficar restrito ao controle da legalidade do jogo político e dos atos dos governos. A visão “otimista” destacou o caráter contramajoritário do poder e sua capacidade de tutelar as demandas das minorias sociais e políticas, agindo, nesse sentido, como um potencializador da cidadania e dos direitos sociais e como um espaço legítimo para mediar demandas coletivas que não encontram respaldo no Legislativo e no Executivo.

No caso brasileiro, parte significativa do crescimento do protagonismo político das instituições judiciais foi desencadeada a partir da vigência da Constituição de 1988, que forneceu a base institucional para o retorno dos juristas ao espaço do poder político. A alavancagem da “judicialização da política”, entretanto, não se explica somente pelas garantias funcionais dos juízes e pelas prerrogativas do poder Judiciário frente aos poderes Legislativo e Executivo. É preciso adicionar ainda outras variáveis, como as mudanças geracionais no recrutamento de juízes e promotores que ocorrem entre a década de 90 e 2000, projetando para es-

sas instituições quadros jovens e ciosos de fazer valer suas prerrogativas e sua posição de poder adquirida através de um concurso público. Também é preciso considerar os efeitos de diferentes conjunturas políticas na interação dessas instituições e agentes com o espaço político.

Nesse mesmo período, o Judiciário começou a se destacar como mediador de políticas públicas. A “judicialização da saúde” tornou-se recorrente com demandas judiciais que buscam a distribuição de medicamentos ou internações hospitalares negadas na esfera da administração municipal e estadual. Também outras demandas “sociais” desaguaram no Judiciário, tais como as relacionadas à educação (vagas em escolas públicas) e a problemas ambientais. Da mesma forma, nesse período, não podemos esquecer a consolidação do Ministério Público como fiscal de atos da administração pública em diversas esferas de governo, além de instituição dotada de prerrogativa para representar o “interesse público” judicialmente. Além disso, temos a explosão nos âmbitos federal e estadual das ADINs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade). Esse instrumento é utilizado especialmente por minorias políticas no Legislativo para questionar judicialmente atos de governo, potencializando o crescimento do Judiciário no papel de mediador do jogo político.

As controvérsias sobre o resultado da versão brasileira da “judicialização da política” e do “ativismo judicial”, de certa forma, reproduzem o debate internacional. Parte da literatura atribuiu o crescimento do protagonismo a um efeito de consolidação da democracia brasileira e do cidadão enquanto “sujeito de direitos”. Entretanto, uma visão mais “pessimista” alertou para o sentido

contrário. Ou seja, a possibilidade de as instituições judiciais reproduzirem as lógicas de tradições de autoritarismo bloqueadoras da participação e da representação política presentes de forma recorrente na história política do país.

As duas leituras do fenômeno não são necessariamente excludentes. Por outro lado, o cruzamento da trajetória da crescente legitimação do poder Judiciário com o caminho de enfraquecimento da legitimidade do Legislativo e mesmo, mais recentemente, do poder Executivo, merece atenção. Ou seja, os sucessivos escândalos envolvendo membros do poder Legislativo e do Executivo em diferentes esferas, a percepção de ineficiência das administrações públicas e a fraca identidade entre o sistema partidário e o eleitor, por exemplo, não foram mitigadas com o fortalecimento das instituições judiciais no espaço político. É possível afirmar que essa (des)legitimação do sistema político *lato sensu* foi alimentada por versões desse ativismo político-judicial. Nesse sentido, pode-se indagar se o abuso das prerrogativas de controle possuídas pelas instituições judiciais e seus agentes, em relação aos outros poderes, com o predomínio do denunciismo em uma aliança ambivalente entre arena jurídica e a arena jornalística, não poderá nos levar a um efeito bumerangue. Ou seja, em que medida os próprios avanços em termos de independência e autonomia do Judiciário obtidos com a democracia podem ser postos em xeque como resultado do alargamento da “judicialização da política”.

\*Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Coordenador do Núcleo de Estudos em Justiça e Poder Político (IFCH e CEGOV)





# Ciência rebelde e essencial



LUIZ MUNHOZ/FRONTIERAS DO PENSAMENTO

*Carlo Rovelli Físico teórico italiano fala da importância e da beleza do conhecimento científico*

Everton Cardoso

O italiano Carlo Rovelli escolheu a Física mais por eliminação de alternativas do que por uma paixão de juventude. Talvez, o que tenha o atraído seja o caráter essencial desse campo de conhecimento: com equações, dá conta de um grande número de fenômenos e ocupa um lugar central entre as ciências. Possivelmente também o tenha atraído o fato de ela exigir do pesquisador uma mudança mais radical de visão de mundo, já que estuda questões muito amplas; vai dos átomos ao universo em sua totalidade; combina vastidão e coerência. Há 15 anos, trabalha no Departamento de Física da Universidade Aix-Marseille. Antes disso, atuou como pesquisador também na Itália e nos Estados Unidos. A fama mundial, no entanto, veio da publicação de seu livro *Sete breves visões de Física*, em 2014. No *best-seller*, procura desmistificar a ciência e aproximá-la do público. Em passagem pela UFRGS para proferir conferência no Fronteiras do Pensamento, concedeu entrevista exclusiva ao JU. Nela, fala de suas crenças sobre ciência, sobre a posição social desse tipo de conhecimento e sobre a atitude que um pesquisador deve ter.

**Qual a o lugar da ciência na sociedade contemporânea?**

Ela é uma forma de mudar a nossa visão de mundo. A ciência deve contradizer a visão que temos das coisas e nos ensinar a ir além das aparências. Para isso, é preciso buscar novos conceitos e abando-

nar os velhos. Frequentemente, esse aspecto mais conceitual é negligenciado; só se pensa em ciência enquanto experimentos e teorias, mas não com respeito ao desenvolvimento de novas definições ou à mudança de nossa visão do universo. Nossa compreensão do mundo tem se modificado aos poucos a partir do conhecimento científico. Nesse sentido, há um duplo papel: o do conhecimento para a nossa vida – tecnologias, medicina, para construir a sociedade em que vivemos – e de ser a base do que conhecemos do mundo.

**Como ciência e senso comum se relacionam?**

O conhecimento científico evolui, modifica-se. Mas isso também acontece com o senso comum. Ele, então, não é estático; é influenciado por toda a sabedoria da sociedade, do passado. E há uma evolução conjunta na qual a ciência vai à frente e até parece desconectada, mas o senso comum a alcança aos poucos. Todo mundo sabe, por exemplo, que a Terra é redonda ou que humanos, plantas e animais têm ancestrais em comum. Isso é de conhecimento amplo agora, mas originalmente era teorias científicas.

**Como um cientista se coloca nessa relação?**

Se penso sobre uma mesa, não penso que é feita de átomos. Mesmo que o saiba, já que sou cientista. Então, o senso comum é a melhor maneira que desenvolvemos para lidar com as coisas do cotidiano;

é apropriado para o que fazemos rotineiramente. Mas, se quisermos pensar sobre fenômenos maiores, fazer perguntas sobre o universo, precisaremos estar cientes de que ele é limitado. Por isso, não há problema em manter ambos em nossa maneira de ver as coisas. Podemos pensar sobre a mesa como um objeto sólido e também como algo feito de átomos. Sabemos da relação entre essas duas coisas. Não há uma tensão entre esses tipos de conhecimento, o que só acontece quando a ciência chega a algo novo. Leva tempo para que isso seja aceito de forma ampla pela sociedade. Cientistas se relacionam com a ciência de diferentes formas, e isso é bom. Não acho que exista uma atitude ideal. Há pesquisadores que colocam a ciência numa posição de fonte de todas as respostas. Mas, é claro, ela não é capaz de resolver todos os nossos problemas. Na maior parte de nossa vida, não nos apoiamos no conhecimento científico, mas em outras formas de sabedoria. Quando nos apaixonamos por outra pessoa, não é a ciência que nos diz o que fazer, mas os sentimentos, a cultura e outras coisas. Então, o culto a essa forma de conhecimento é um equívoco. Por outro lado, a ciência é muito confiável quando chega a alguma conclusão. Não confiar nela ou desmerecê-la, como acontece muito atualmente, é bastante danoso para a humanidade. É uma das mais importantes ferramentas que desenvolvemos. Então, não a devemos encarar como a única solução para uma questão, mas com muita seriedade.

**É preciso, então, aceitar a ignorância?**

A ciência nasce do reconhecimento do quanto desconhecemos. Em suma, quanto mais ignorante, mais uma pessoa tende a achar que sabe tudo. Tanto é que muitas sociedades pensam que resolveram todos os seus problemas, que possuem todo o conhecimento necessário e que não precisam procurar mais nada. Muito frequentemente, a dificuldade de um empreendimento científico não é responder a perguntas, mas dar-se conta de que temos ideias errôneas em nossas mentes. Não é tão complexo descobrir que a Terra é redonda; o difícil é deixar de pensar que ela é plana. Quando indivíduos, instituições ou sociedades acreditam já ter a verdade, não há ciência nem progresso ou avanço na compreensão. Quanto mais aprendemos, mais nos damos conta do quanto há para se aprender. No passado, pensávamos que nosso planeta era o cosmos; mais tarde, descobrimos o sistema solar, depois a galáxia, e hoje nos perguntamos inclusive se há outros universos. O que alimenta a ciência não é conhecimento adquirido; é a consciência de não saber tudo.

**Ciência é, então, um ato de rebeldia?**

Qualquer nova ideia científica contradiz crenças prévias e requer abandoná-las. Então, sempre há um momento em que progresso significa ir contra a autoridade, a sabedoria antiga e mesmo o presente. Subverter, então, é normalmente bom. Para avançar, precisamos

modificar o presente tanto em termos de conhecimento quanto de vida cotidiana. Se quisermos um mundo mais justo, devemos mudar o presente e, assim, estaríamos indo contra algo ou alguém. Para aprender, é preciso mudar o atual, e isso pode ser incômodo. Então, sempre há uma tensão dinâmica no avanço.

**Como as pessoas, de modo mais amplo, se relacionam com a ciência?**

Escrevi livros em que tento mostrar a forma como vejo isso tudo e o que acho de belo. Não esperava uma reação tão grande do público. Desejo que minha pequena contribuição sirva para que as pessoas apreciem mais esse tipo de conhecimento. Nas últimas décadas, a ciência deixou de exercer o fascínio de outros tempos. Então, quero mostrar ao público que ciência é a melhor forma que temos de compreender do mundo. Foi também uma forma de compartilhar a beleza que vejo nisso, particularmente na Física, que é meu campo. Os passos mais importantes na ciência têm um aspecto estético. Quem estuda a teoria da relatividade fica encantado por ela. Nós, humanos, somos uma mescla de razão, emoções, ação e tudo isso opera junto. Então, separar ciência das emoções, por exemplo, é um equívoco. Cientistas trabalham movidos por sua paixão pela pesquisa, o que os aproxima dos artistas. Quando comecei a escrever, não tinha uma pauta. Apenas relatei minha história de amor com meu trabalho. Pensava que algumas pessoas leriam; o sucesso me surpreendeu.



# Profissionalização na academia

**Formação** Há quase duas décadas, a UFRGS oferece cursos de mestrado profissionalizante

Por existir há apenas dezenove anos, pouco se sabe dos mestrados profissionais – em comparação com o mestrado acadêmico, formalmente implantado há cinquenta anos no Brasil – e das diferenças entre as duas modalidades. O curso se diferencia principalmente por seu enfoque: enquanto no acadêmico se realiza uma revisão bibliográfica mais aprofundada, no profissional se procura realizar o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). “O mestrado profissional tem a característica de ter uma interação maior com o mercado do que uma interação com o meio acadêmico. Ele foi criado exatamente para isso. Eles, entretanto, são cursos stricto sensu regulares da Universidade, que conduzem

ao título de mestre, e essa titulação é idêntica em importância e em direitos”, explica o pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS, Celso Giannetti Loureiro Chaves.

A Universidade passou a oferecer cursos de mestrado profissional desde quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) institucionalizou a modalidade de pós-graduação, em 1998. Desde então, a UFRGS veio disponibilizando 13 cursos dessa natureza: em Administração (1998), Economia (1999), Ensino de Física (2001), Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais (2004), Engenharia de Produção (2004), Ensino de Matemática (2004), Epidemiologia/Gestão de Tecnologia (2006), Genética Aplicada à Medicina (2010), Ensino de Saúde (2011), Alimentos de Origem Animal (2015), Ensino de História (2016), Gestão e Regulação de Re-

ursos Hídricos (2016) e Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (2016). Os três últimos fazem parte de redes-associadas que unem diversas instituições de ensino superior do país. “Temos cursos [nota] 3, que são aqueles ainda em consolidação, embora alguns deles já com bastante tempo, o que nos preocupa. Mas temos cursos 4 e 5, que já são ótimos conceitos”, ressalta o pró-reitor.

**Destaque** – O mestrado profissional em Engenharia de Produção se encontra em seu 13.º ano e, desde então, 150 estudantes já se tornaram mestres. Inicialmente, o curso esteve vinculado ao mestrado acadêmico em parceria com o Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil (PPGEC). No entanto, em 2004, efetivou-se no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (PPGEP).

Sistemas de qualidade e Sistemas de produção são as duas linhas de pesquisa oferecidas pelo curso, que atualmente conta com 53 alunos matriculados.

Diferente de um mestrado acadêmico, o profissional dispõe do que se chama de horário executivo, ou seja, as aulas ocorrem em horas não comerciais, levando em conta o período de trabalho dos estudantes. De acordo com o coordenador do curso, Ricardo Augusto Cassel, a diferença entre um mestrado profissional e um acadêmico em Engenharia de Produção está na área de atuação. “Se o aluno já está no mercado de trabalho, ele acaba fazendo um mestrado profissional, pesquisando sobre aquilo em que já está trabalhando. Por outro lado, no mestrado acadêmico, o aluno dedica mais tempo aqui dentro, trabalhando em grupos de pesquisa na área do orientador dele.” Com rela-

ção às dissertações, o coordenador explica que enquanto o estudante que está no profissional precisa escrever dois artigos, no acadêmico são três, tendo uma revisão bibliográfica mais aprofundada.

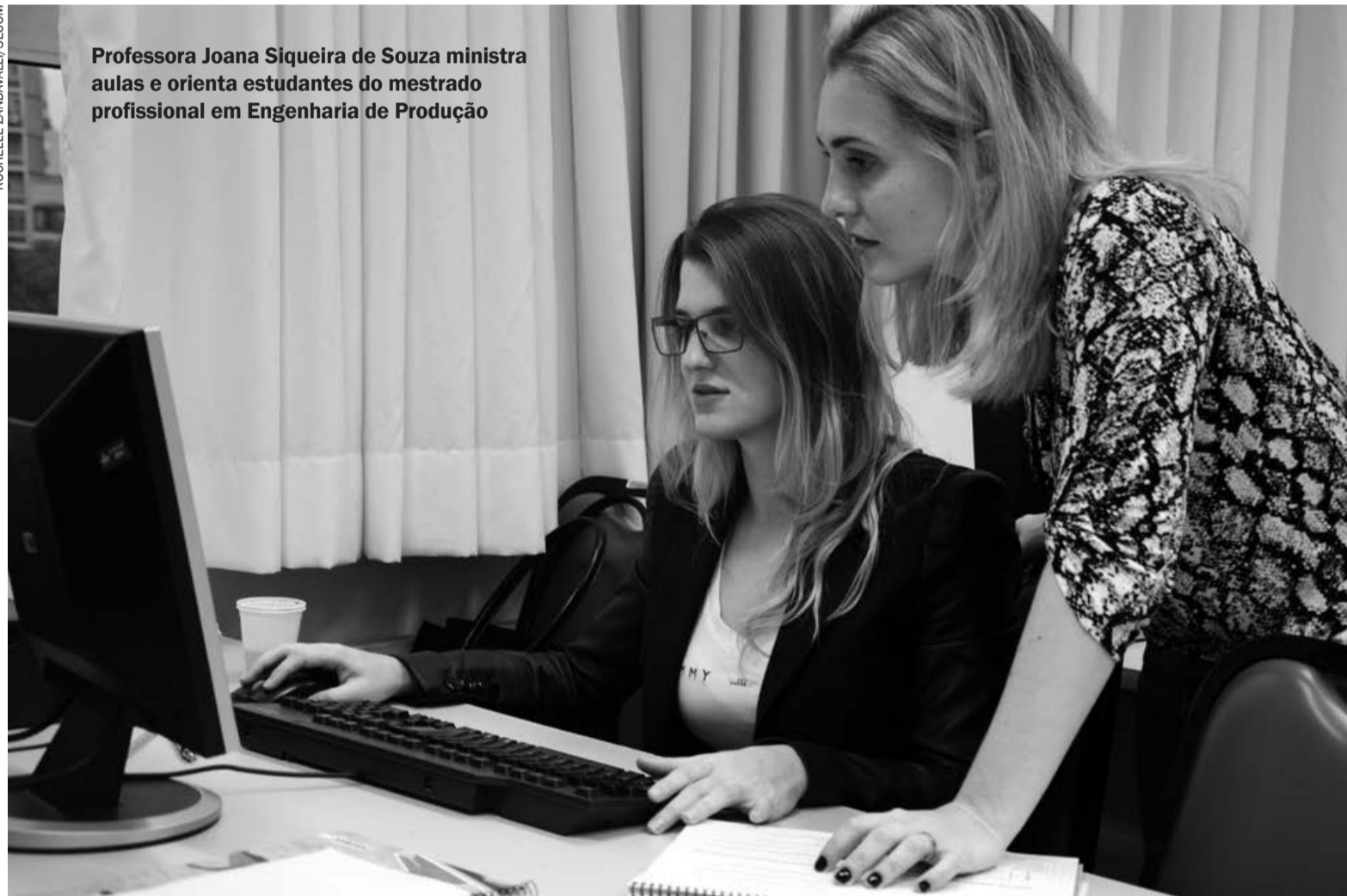
De acordo com a nota da Capes, o mestrado profissional em Engenharia de Produção é um dos mais bem qualificados da UFRGS nesse segmento. Segundo Ricardo, o registro de patentes é o novo desafio para a manutenção dessa nota, visto este ser um critério de avaliação que passou a ser cobrado ultimamente. “É um pouco mais difícil para a Engenharia de Produção, pois é muito mais voltada à parte de gestão e processos. Então, criar uma patente disso é um pouco mais complexo. Mas é algo em que nós temos que nos focar.”

**Começo** – Em 2016, teve início o Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), iniciativa da Sociedade Brasileira de Física (SBF), rede que congrega polos em diversas Instituições de Ensino Superior no Brasil, coordenando diferentes capacidades. Assim, a UFRGS passou a sediar o Polo 50, localizado no Câmpus Litoral Norte, em Tramandaí.

O mestrado acadêmico capacita pesquisadores e professores, que deverão permanecer realizando atividades na Universidade. Já o mestrado profissional enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas para a aplicação em sala de aula da educação básica, como explica o coordenador do curso, o professor Márcio Gabriel dos Santos. Assim como no mestrado profissional em Engenharia de Produção, as aulas são realizadas em horários não comerciais, às sextas-feiras e aos sábados. “É um programa excepcional, pois oxigena e impulsiona os profissionais que estão em sala de aula para novas perspectivas junto aos seus alunos”, pondera o coordenador.

**Vanessa Petuco, estudante do 5.º semestre em Jornalismo na FABICO**

**Professora Joana Siqueira de Souza ministra aulas e orienta estudantes do mestrado profissional em Engenharia de Produção**



ROCHELLE ZANDAVALLI/SECOM

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor  
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► Esqueçemos de lembrar

Em outras edições do JU, esta coluna tangenciou assuntos ligados à memória coletiva, ao significado do passado para as gerações presentes, à relação da população com o bem público, e por aí foram. Temas que evidenciam a desarticulação da nossa atenção ao patrimônio histórico (material e imaterial), o que implica as instituições públicas que têm o dever de zelar pela nossa memória, devendo ser também papel da população que, afinal, deveria perceber-se como um ente, e não como uma contingência. Deixamos para um futuro qualquer a apropriação da nossa própria memória. O tempo, contudo, é implacável

em apagar os rastros.

Uma sociedade crivada de heterogeneidades – de oportunidades, de interesses, de necessidades –, que constituem espaços de memória figurativos, desossados de significado, que desempenham fraco papel como referência para a construção de um espírito consistentemente coletivo. Não raro tento entender o que nos falta. Mas não apreendo, escapa: nossa heterogeneidade econômico-social, nossa diversidade (em tese enriquecedora), um carma coletivo, a vida aboletada no aqui e agora, nosso desaparego (ainda) colonial, nossa dispersão, nosso choque cultural, uma cultura individualista. Digressão: se a futebolização construída

justamente a partir da desrazão servisse de referência, teríamos iluminada boa margem de reflexões e, possivelmente, nosso patrimônio histórico, ou seja, a soma das marcas da nossa própria experiência, real e fictícia, ocuparia outro lugar. A heterogeneidade das nossas referências se constrói de tal modo equivocadamente que resulta em prejuízo, tornando proscritas as culturas que não se enquadram na lógica consagrada. Paradoxo? Talvez a mesma lógica que considera ridículos o nacionalismo, o ufanismo, o orgulho pátrio. Parece não estar próxima a constituição de uma sociedade na primeira pessoa do plural do indicativo?

Reclame-se, também aqui, do descaso

dado ao espaço em que foram depositadas as placas trazidas pelos participantes do Fórum Social, vindas de vários países, no Parque Marinha. Na Redenção, a série de monumentos, no geral bustos arruinados pela fúria recicladora – que denuncia a lógica reta da nossa falta de reconhecimento e identidade. Agora foi a vez do monumento a Bento Gonçalves, na confluência das avenidas João Pessoa e Azenha. Na calada da noite, subtraíram-lhe uma placa de bronze de 150 quilos que registrava cenas da guerra. Sem entrar no mérito do mérito do personagem controverso de Bento, a estátua do personagem-símbolo dos Farrapos é, afinal, um dos mais belos monumentos da cidade. Você conhece?



ROCHELE ZANDRINI/SECOM

O programa de Pós-graduação em Música da UFRGS completa 30 anos em 2017, sendo o único da área de Artes/Música com conceito sete na avaliação da CAPES

# Busca pela verdade da música

Celso Giannetti Loureiro Chaves \*

Contar 30 anos para trás nos leva a outro tempo, do outro lado do século, quase outra vida dentro desta mesma vida. Em 1987, na música de concerto brasileira, Camargo Guarnieri, líder da música nacionalista de outros tempos, ainda estava atuante como compositor, e seu contemporâneo Francisco Mignone tinha partido há um ano. Aqui em Porto Alegre, Armando Albuquerque partira também há um ano e Bruno Kiefer, numa infeliz coincidência com a criação do Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS (PPGMUS), do qual ele tinha sido um dos incentivadores, faleceria naquele início de ano. O que significa isso na música? Significa que uma geração de compositores estava desaparecendo ou por desaparecer, dando lugar a outras ideias ou incentivando iniciativas ainda desconhecidas em seus debates inevitáveis e necessários.

O caso de Bruno Kiefer é exemplar – os seus muitos livros são modelos que inspiraram a ideologia do PPGMUS na sua criação. Há neles o grande incentivo, o espírito exato, a busca pela verdade musicológica, sem os empirismos e sem os floreios de imaginação que inundavam boa parte da bibliografia musical brasileira de então. O espírito que anima os livros de Bruno Kiefer é o mesmo que inspira a criação da pós-graduação em música na UFRGS: naqueles anos estava instalado o debate entre empirismo e cientificismo, entre exatidão investigativa e o delírio da imaginação inexistente.

Quando o Programa de Pós-graduação em Música iniciou – e durante toda a década seguinte –, esse debate levou a área da música a se organizar em quatro subáreas, que, enfim, se transformaram nas quatro divisões estruturantes e clássicas da pós-graduação brasileira

em música: Educação Musical, Práticas Interpretativas, Composição e Musicologia.

A Educação Musical percorreu seu trajeto naqueles primeiros anos sob um enfoque excessivamente teórico que coincidia com o empenho em transcender o empirismo. Depois, chegou-se a outra transcendência: superar o teórico e o puramente experimental para chegar a um enfoque mais realista, fortemente evadido de conotações amplas de ressonância social. Nesse ponto, a Educação Musical passou a cumprir um papel de reverberação social que, enfim, é o próprio papel que a pós-graduação brasileira deve assumir nas instituições públicas.

A Composição Musical também passou por transformação semelhante. De início, a subárea considerou que suas bases teóricas se encontrariam nas bases teóricas de outras disciplinas, mas uma mudança de rumo foi impulsionada a meio do caminho por várias insatisfações. Para tanto, contribuiu a visita do compositor Roger Reynolds, da University of California at San Diego, numa semana de trabalhos intensivos de composição e de teoria da composição e do processo criativo. Aí o raciocínio se completou: o objeto da pós-graduação em composição musical é a própria composição musical. Esse ponto de chegada ilustra o redirecionamento da área e indicou o início da sua maturidade.

A Musicologia percorreu, por sua vez, suas próprias metamorfoses. A intenção inicial era explorar a então chamada musicologia histórica, liberando-a dos discursos dos musicólogos literatos das décadas anteriores, mais literatos do que musicólogos, nos quais repousava o enfoque empirista e fantasioso cujas falsas verdades ainda não nos deixaram inteiramente. Mas logo houve uma guinada decisiva, e

sem retorno, em direção à Etnomusicologia. Também aqui se impôs uma preocupação marcadamente social e com a mirada voltada para o aqui, na ultrapassagem da separação entre temas propriamente acadêmicos e temas impropriamente acadêmicos, reconciliando-os e trazendo para dentro da pós-graduação realidades há muito desprezadas, se não segregadas.

As Práticas Interpretativas, enfim, passaram por processo semelhante de autoconhecimento, ampliando a oferta de formação pós-graduada a partir do núcleo original de violino e piano. Foram acolhidos outros instrumentos – o órgão, a flauta, o violão, a flauta-doce. Hoje, a subárea de Práticas Interpretativas encontrou o seu foco, em interlocução constante com curiosidades semelhantes aqui e lá fora, estendendo-se por grupos de trabalho e associações científicas nacionais e internacionais. Atualmente tem o maior número de orientadores e, conseqüentemente, a produção intelectual mais numerosa do Programa de Pós-graduação em Música.

Examinando o rol das dezenas de egressos do Programa, constata-se que os mestrandos e doutorandos sempre estiveram comprometidos com suas subáreas específicas, e assim as ressonâncias do PPGMUS são bastante amplas naquilo que indicam de nucleação de novos programas, de inserção no meio acadêmico nacional e internacional, reforçando os ideais de parceria simétrica, solidariedade e internacionalização que, nestes 30 anos, têm sido palavras de ordem na pós-graduação brasileira e que têm sido também norteadoras da pós-graduação na UFRGS. Ao mesmo tempo, a visibilidade internacional do Programa foi se tornando evidente, tanto pela atração de estudantes quanto pelos muitos pesquisadores que

nos visitaram e que aqui estiveram por algum tempo. Entre eles, há nomes memoráveis: Charles Rosen, Keith Swanwick, Jean-Jacques Nattiez, Roger Reynolds, Violeta Gainza e Richard Taruszkina.

A estruturação do Programa em quatro áreas bem definidas e com uma história sem grandes conflitos – há um pacto de entendimento e de concórdia entre todos – é responsável pelas avaliações consistentes que o Programa tem recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Primeiramente foi o conceito A, atingido ainda quando o sistema de avaliação era conceituado em letras. Na mudança para o sistema numérico, o Programa de Pós-graduação em Música chegou ao conceito seis e, em seguida, ao conceito sete. Vale lembrar que é o único da área de Artes/Música com conceito sete, o que o equipara, na Universidade, aos das áreas mais tradicionais – e mais duras –, como a Física, a Química, a Engenharia Civil e a Computação.

É tradicional, ao completar um aniversário redondo, pensar nos próximos anos. Serão anos de passagem, certamente, à medida que os orientadores *seniors* forem deixando a cena e houver sua substituição por novas gerações, tal como em 1987. A estruturação sólida e as avaliações positivas consistentes não indicam qualquer quebra, no entanto. O que se espera – mais do que o que se deseja – é que o Programa de Pós-Graduação em Música continue sendo um dos pilares da pós-graduação na UFRGS, enfrentando os desafios acadêmicos e sociais que certamente serão colocados à sua frente e ao seu redor.

\* Professor Titular do Instituto de Artes e docente do Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS



# Repercussões da falta de debate

## Carlos Roberto Jamil Cury Referência nacional em políticas públicas educacionais critica reforma do Ensino Médio

Samantha Klein

O educador Carlos Roberto Jamil Cury, um dos maiores especialistas brasileiros em políticas públicas educacionais, esteve recentemente na UFRGS para falar sobre a reforma do Ensino Médio e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Conforme o professor, não existiu a ampla e necessária discussão para a formulação das diretrizes da reforma. De acordo com ele, um dos pontos polêmicos do Novo Ensino Médio é a flexibilização do currículo. A proposta define uma Base Nacional Comum no 1.º ano e currículo vocacionado nos 2.º e 3.º anos. Com isso, apenas o ensino da língua portuguesa e de matemática será obrigatório em todas as séries.

A partir do 2.º ano do ensino médio, o estudante terá autonomia para escolher uma área para aprofundar os estudos, entre cinco opções: Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Ensino Técnico Profissional. A proposta, já em vigor e alvo de propagandas elogiosas com a marca do Governo Federal, excluiu as disciplinas de

Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia da grade obrigatória. O educador avalia que reside um problema no foco para a profissionalização; esquece-se que a formação mais ampla dos estudantes é importante mesmo que eles busquem a formação profissional. Cury ainda questiona se um adolescente tem o condições ou não de já delinear seu futuro.

**Uma reforma sobre tema tão importante poderia ser feita através de medida provisória?**

Dezessete reformas do Ensino Médio já foram realizadas no país; a primeira foi feita em 1854. Se a cada dez anos, aproximadamente, passamos por uma mudança dos parâmetros da educação, algo estrutural está errado. Mas é a primeira vez que se faz reforma através de medida provisória. Contabilizei mais de 120 modificações feitas por lei ou por decreto. Somente esse caso foi assim. Além de ser um ato de força do Executivo, ela se deu no âmbito de um Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado no congresso por quase unanimidade, advindo de MP de 2009 que foi promulgada pelo então presidente da Câmara, Michel Temer. Resultou daí o PNE, que tinha como meta a abertura de caminho para que os planos nacional, estadual e municipais pudessem dialogar entre si. Necessidade de mudança havia, mas não de urgência. Outro caminho absolutamente legal é acionar o Conselho Nacional de Educação, que, entre suas atribuições, tem o da normatização do currículo. Esse é o órgão técnico que poderia ter elaborado as mudanças.

**Quais são os prejuízos acarreta-**

**dos pela reforma?**

A LDB original tinha um desenho com potencial muito grande de articulação entre o ensino médio e a educação profissional. A universalização desse tipo de educação com qualidade exige desembolso elevado, custo com a contratação de professores e aquisição de equipamentos. Exemplos disso são as escolas técnicas como a Parobé e a da UFRGS, ou as agrícolas. Além da diminuição do tempo em sala de aula, fica a seguinte pergunta sobre a proposta em vigor: um jovem de 15 anos já tem condições para escolher entre os cinco itinerários formativos? E mais, o Estado vai oferecer, no município de Sarandi, por exemplo, todos os cinco itinerários para que o estudante escolha o caminho a estudar? E, se se oferecerem todas as opções, será em todas as escolas? A meu ver, o Novo Ensino Médio precariza a formação escolar. A LDB original é mais completa porque os estudantes poderiam fazer a formação profissional sem comprometer a formação do ensino médio. Por outro lado, há uma brecha que vai atender basicamente às escolas particulares ao permitir que se mantenha a formação original. Ou seja, isso é possível onde há recursos suficientes.

**O que significa não dar importância para o estudo de disciplinas como Sociologia e Filosofia?**

Antes da reforma, essas disciplinas eram obrigatórias. Evidentemente, a exigência não garantia a qualidade da formação em Filosofia, Artes, Sociologia ou Educação Física, mas garantia a existência e o compromisso com a melhoria. Agora, o novo currículo trata as matérias como

estudos nessas áreas. Para que se tornem disciplinas, caberá aos Conselhos Regionais de Educação se articularem com esse propósito. Há uma brecha para a elaboração das disciplinas conforme as particularidades regionais, mas isso somente ocorrerá se houver vontade e articulação.

**Por que o foco na avaliação da língua inglesa?**

Aqui entra outra questão apimentada, a Lei da Terceirização. Se aplicada na sua integralidade, acabará com a distinção entre público e privado, e as atividades-fim de um estabelecimento serão alvo da contratação de terceiros para a realização do trabalho. Com isso, é muito claro que, se significar a diminuição de custos, haverá tentativas de contratação de escolas livres de ensino de línguas para que, mediante processo de "pejotização" (expressão utilizada para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego), possa-se atuar nas escolas públicas. O tema é apimentado porque a legislação vai de encontro com um parágrafo da Constituição que diz: "para o exercício da docência haverá exclusivamente entrada por concurso de títulos e provas". Fico pensando como é que haverá clareza constitucional se uma lei ordinária está se sobrepondo à Carta Constitucional. A imposição do inglês já era mais ou menos consensual e agora veio por medida de força. Nunca se negou que o inglês seja língua franca e indispensável. O problema é replicar em cima de

algo que já era consensual, pois parece que há uma mensagem muito clara nessa fixação em lei. É como se fosse um recado para o cenário internacional. Há quem tenha visto nisso uma espécie de contraste com os governos anteriores que deram espaço para articulação Sul-Sul. Por outro lado, será que os moradores da Amazônia, do Rio Grande do Sul e do Paraná, que têm fronteiras com países que falam espanhol, realmente deveriam focar a prioridade no inglês, esquecendo-se de aprender a falar a língua dos vizinhos?

**Relatores da ONU consideraram a proposta de Escola Sem Partido censura. Por que e como surgem discussões desse tipo?**

Além do parecer da ONU, houve recentemente uma liminar do ministro Luís Barroso, do STF, a respeito de uma tentativa de implementar a Escola Sem Partido em Alagoas. Foi uma decisão liminar e monocrática, mas acho que ali ele colocou a questão com muita propriedade. Ele deixou muito claro que essa proposta é inconstitucional. Essa ideia surgiu com força nas redes sociais porque são as plataformas onde foram divulgados casos de ensino que trouxeram realidades distintas para a discussão no interior da escola. Algo que é tão banal na pauta de discussão, como falar sobre a desigualdade social, começa a ser visto como papo de "esquerdopata". Parece uma volta aos tempos em que viam comunistas em toda a parte. Discutir o episódio do rapaz que abraçou uma árvore em Porto Alegre (caso relativo à derrubada de vegetais junto ao Gasômetro em 2013) para que não fosse abatida é comunismo. Entrou no rol de tudo aquilo que representou tentativas de redução das desigualdades sociais. Falar em temas como Revolução Russa ou Mexicana é doutrinação ou recrutamento para as fileiras partidárias. Porém, se trata do simples ensino de História. As aulas são baseadas em apostilas do MEC.

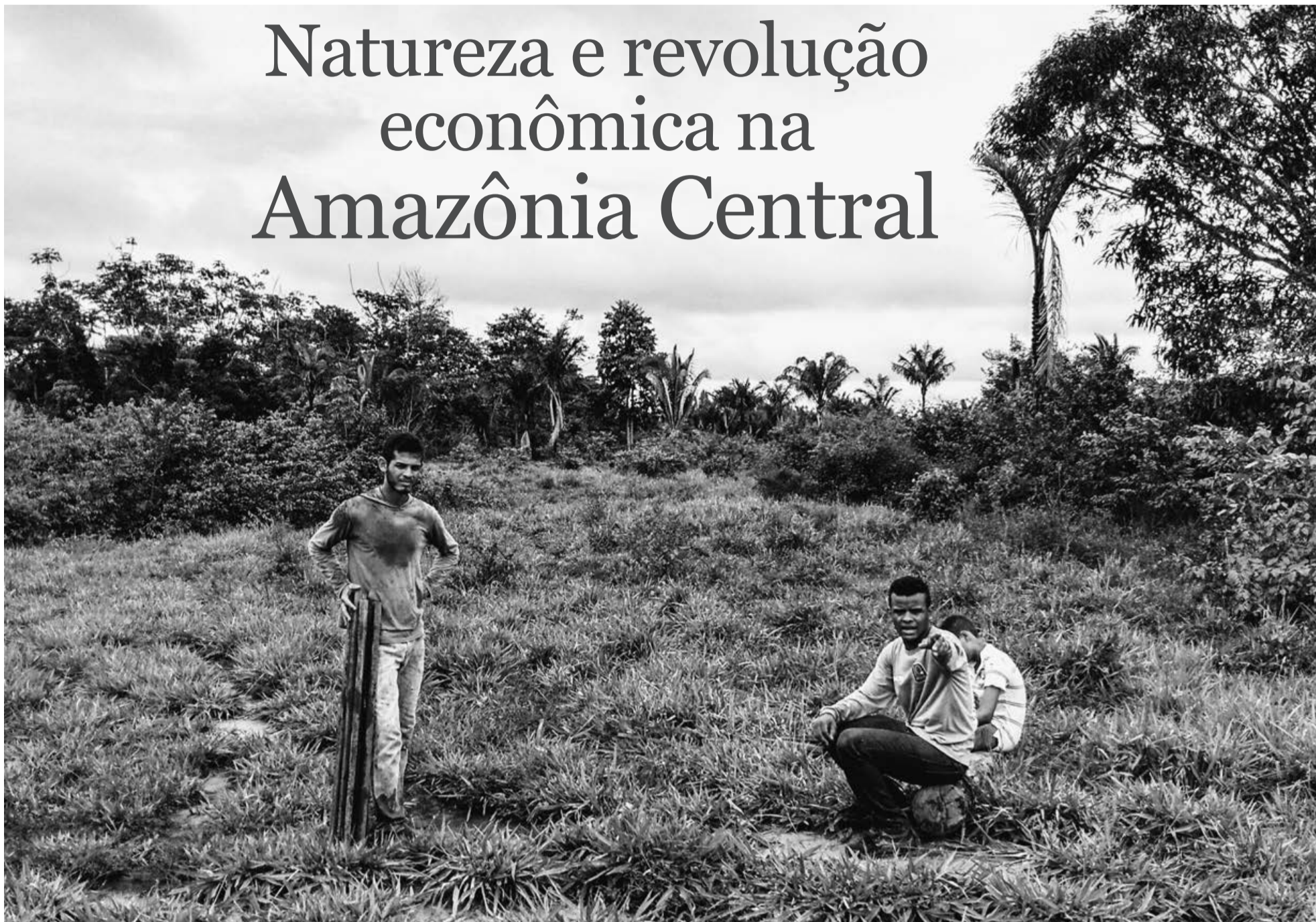
**Os professores podem ter lado, liberdade de expressão. Como apresentar isso em sala de aula? Qual é a melhor forma de permitir que os estudantes sejam livres para formar suas ideias?**

Na legislação há um claro apelo ao direito à diferença. Exemplos disso são a valorização das heranças africana e indígena. Quando se valorizam as heranças alemã, polonesa e italiana tudo é naturalizado, bom e glorificante. Por outro lado, quando se valoriza quem, com muito suor e sangue, ajudou a construir a história do país, é como se se estivesse fora da caixa. A orientação oficial é a do equilíbrio no ensino. Querer cercar a opinião de um professor é uma absoluta bobagem, porque não existem pregadores em sala de aula.





# Natureza e revolução econômica na Amazônia Central



PEDRO FRIZO (ARQUIVO PESSOAL)

Numa área de 680 mil hectares, o assentamento em Apuí pode abrigar 7,5 mil famílias, mas hoje nem 20% desse espaço está ocupado

Pedro Frizo\*

*O estudante de mestrado em Sociologia pela UFRGS Pedro Frizo embarcou para o Amazonas no início deste ano. Entre outras fontes para sua pesquisa, ele entrevistou agricultores familiares, ativistas, sindicalistas, políticos, agentes de órgãos internacionais e públicos. Ao chegar à cidade de Apuí, no sul do estado, onde está o maior assentamento da América Latina, o Projeto Juma, ele buscou entender como as pessoas constroem novas realidades econômicas. Além de um cenário de natureza exuberante, o pesquisador deparou-se com uma realidade social de embates importantes.*

**Chegada** – No final de janeiro deste ano, rumei a Apuí, no sul do Amazonas, e me pareceu intrigante, especificamente no local estudado, a edificação de novos modos de produção e de distribuição de produtos agrícolas com vistas à conservação, dado o longo histórico de desmatamento e de conflitos fundiários e ambientais incrustados em toda a região amazônica. A questão me parecia pertinente dentro de uma complexa gama de trabalhos sobre como novas formas de produção, distribuição e consumo são erguidas ao longo da história econômica. Foram dois meses de pesquisa de campo nos quais foi possível constatar a cooperação entre diferentes atores – locais, nacionais e globais – para a construção de uma nova realidade econômica.

**Cenário** – Apuí nos apreende como um concerto e nos submerge como um poema. É onde se testemunham os sagrados caminhos boiadeiros rasgarem a rodovia transamazônica; o temor geral com a chegada das caravanas ocasionais do IBAMA; bois magros; assentados, donos das terras mais extensas do Brasil, vivendo em casas sem luz e de chão batido. Em Apuí se desconhece o termo “estrangeiro”: nela paranaenses,

capixabas, rondonienses e gaúchos são devorados, mastigados e cuspidos ao anonimato, tendo um único denominador em comum: o sonho por um pedaço de terra. Em Apuí encontra-se o Projeto Juma (PA Juma), maior assentamento da América Latina, situado na região sudeste do estado, sendo necessários dois dias inteiros de viagem, desde Manaus, para chegar ao município: um dia de barco pelos rios Amazonas e Madeira; o outro, pela sofrível estrada AM-174. Com área estimada de 680 mil hectares, o PA Juma é capaz de abrigar, em teoria, 7,5 mil famílias. Atualmente, sequer 20% desse espaço está ocupado, implicando grave concentração fundiária e desordenamento territorial. A quase inexistência de títulos definitivos de propriedade aos assentados, os termos de garantia exigidos por tradicionais linhas de crédito, a grande distância a centros consumidores e as mais do que precárias condições das estradas consolidam um cenário incerto, ensejando uma profunda descrença entre os produtores rurais a qualquer prática agrícola que não seja a pecuária. Com isso, pecuaristas e atravessadores de gado de corte posicionam-se no topo da pirâmide social de Apuí, controlando importantes estabelecimentos comerciais, cadeiras na Câmara de Vereadores e a própria Prefeitura. Mesmo aqueles que cultivam o café, o cacau, a mandioca e o guaraná, por exemplo, almejam, em sua maioria, migrar para a pecuária. Conduzida de maneira extensiva, a pecuária constitui-se no principal vetor do desmatamento, posicionando Apuí na lista dos dez maiores municípios amazônicos nesse quesito.

**Sustentabilidade** – Em Apuí, duas organizações não governamentais empreendem o processo de produção de ação coletiva entre os atores locais, nacionais e globais. A articulação ocorre lastreada no termo da “sustentabilidade”.

No mínimo, quase 250 famílias já desen-

volem alguma prática agroflorestal em suas propriedades – enquadrada como prática “sustentável” pelas ONGs – e aproximadamente 35 delas participam ativamente dos projetos mantidos por essas organizações. De alguma maneira, a proposta almejada aparece cada vez mais nítida, o que implica entender como noções tão distintas estão sendo orquestradas, mescladas e sincretizadas para a construção de uma linha geral de ação. No horizonte proposto por estes organismos está a promoção de práticas agrícolas alternativas à pecuária, a conversão da pecuária extensiva em um sistema intensivo e a redução da dependência de insumos químicos para a manutenção do solo. Na visão desses órgãos, tal cenário reduziria drasticamente as taxas de desmatamento no PA Juma. Alinhar essa proposta aos interesses de organizações filantrópicas, multilaterais, bilaterais e de empresas privadas ocorre a partir da veiculação da palavra “sustentabilidade” para a descrição de uma proposta “conservacionista”. Em alguma medida, a produção de engajamento junto a esses atores demonstrou ser um processo possibilitado pelos laços sociais que muitos dos funcionários das ONGs têm estabelecidos dentro da academia, no setor público e no setor privado. No caso dos produtores, o engajamento demonstra ser mais complexo e passa por um gradativo convencimento de que as práticas “sustentáveis” são capazes de incrementar a produtividade da terra e do trabalho, garantindo, assim, o “sustento material” da família. Recorrentemente, o convencimento dos produtores sobre a viabilidade da proposta “sustentável” passa pela mobilização do discurso científico e de sua autoridade. Os relatórios e pesquisas “científicas” são apresentados continuamente aos produtores, em reuniões ou oficinas mensais, ou mesmo utilizados como repertório de contestação e argumentação em momentos de crise ou crítica dos produtores à proposta almejada pelas ONGs. Por muito tempo, a pecuária extensiva

constituiu-se como horizonte único e o grande produtor de gado ou atravessador como o estilo de vida cobiçado. A transformação econômica, com isso, se configura antes como transformação cognitiva, à medida que os agentes das ONGs atuam entre os produtores no convencimento de que um novo raciocínio sobre a produção agrícola é possível. O discurso insurgente da “sustentabilidade” descreve na necessidade do contínuo desmatamento para garantir o “sustento material” ao produtor rural e busca demonstrar a incongruência dessa crença. Concomitantemente, esse novo olhar somente é possível a partir da inserção dessas ONGs na cadeia produtiva, o que as posiciona como atores de poder no novo cenário econômico erguido.

**Caminhos** – Uma intrigante desconfiância de que a “indústria do desenvolvimento” se configura como um conjunto de organizações imbuídas de tecnologia social, isto é, capacitadas em mobilizar ideias, materiais e pessoas para o convencimento da viabilidade de novas realidades econômicas, habita a minha mente desde o final dessa viagem. Nesse sentido, o aprofundamento de técnicas investigativas que permitem capturar essa dinâmica social dos processos transformadores se faz necessária. Na verdade, há pelo menos três décadas que o estudo sobre objetos econômicos se desvencilhou do monopólio das ciências econômicas, especificamente de sua vertente neoclássica. O estudo sobre a história das revoluções econômicas e da edificação de sistemas produtivos e distributivos também necessita passar pela mesma mudança. Espero, com este trabalho, contribuir minimamente nessa direção, com o objetivo de demonstrar a pluralidade de caminhos plausíveis, bem como o alicerce comunicativo e relacional desses processos de transformação.

\* Graduado em Ciências Econômicas pela USP e mestrando em Sociologia pela UFRGS



# Conservadorismo à vista



Sufrágio francês dá vitória a candidato de centro ao mesmo tempo que mostra crescente apoio a setores conservadores

## Eleições na França Especialistas ressaltam a retomada do debate sobre a ascensão de governos mais à direita

Governos conservadores de direita vêm ganhando espaço no cenário político mundial e fortalecendo posicionamentos xenofóbicos, nacionalistas, populistas. A saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento do partido Alternativa para a Alemanha nas eleições regionais, o bom desempenho do candidato Geert Wilders nas eleições holandesas e os atuais governos da Hungria e Polônia

são exemplos dessa onda conservadora. No mesmo sentido, as eleições para presidente na França demonstraram que há um eleitorado francês que se identifica com esse posicionamento tradicionalista. Apesar de ter perdido para Emmanuel Macron nas votações finais, o desempenho da ultradireitista Marine Le Pen surpreendeu no primeiro turno ao atingir 23,60% dos votos, segundo o Ministério do Interior francês. Entre as propostas de

Le Pen estava a promessa de que iria retirar a França da União Europeia. Caso a candidata fosse eleita e confirmasse sua palavra, a consequência seria um passo para o fim do projeto de integração europeu, segundo Fabiano Mielniczuk, professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

**Contextos** – De acordo com o docente, um posicionamento

favorável ao nacionalismo econômico e à estigmatização de minorias remonta bandeiras antigas de partidos dos anos 1930 na Europa, como o fascismo italiano e o nazismo alemão. “Esses movimentos eram de direita por serem anti-comunistas (contra a esquerda) e antiliberais (por pregarem que valores das sociedades tradicionais deveriam se sobrepujar aos das sociedades modernas)”, explica. É nesse sentido que se qualificam tanto o conservadorismo de direita como o de extrema-direita. No caso francês, conforme explica o professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS Carlos Arturi, o tradicionalismo se destaca durante a Revolução Francesa com os antirrevolucionários; na Segunda Guerra Mundial, com os conservadores modernos; durante a Guerra Fria, com os anticomunistas; e, mais tarde, com os antidescolonialistas.

Para Fabiano, mais recentemente, ideias nacionalistas, populistas e xenofóbicas ganharam força no contexto de crise econômico-financeira e de migração. Em 2008, o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos refletiu-se nos países europeus que somavam uma dívida pública superior ao seu Produto Interno Bruto (PIB), o que resultou no aumento do desemprego, na estagnação e no enfraquecimento da economia. Junto a isso, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a guerra civil da Síria, iniciada em

2011, culminou em um crescimento por volta de 45% do número de refugiados no mundo. Somente na Europa, somam-se 3,5 milhões. Concomitantemente, a França foi o principal alvo de atentados terroristas reivindicados pelo Estado Islâmico. Estima-se que tenham ocorrido ao menos dez ataques extremistas, desde o início de 2015, deixando cerca de 150 vítimas, segundo o parlamento francês. Nesse contexto de altos níveis de desemprego e profusão de atentados terroristas, reforçam-se discursos econômicos de cunho nacionalista e xenofóbico, explica o pesquisador. Consequentemente, amplia-se a ideia de que a integração europeia é mais um peso do que um benefício aos europeus, visto que os governos devem se submeter às regras políticas e econômicas do bloco.

**Crise na União Europeia** – A integração dos países europeus foi implantada após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O principal objetivo era garantir a paz, após anos de tensão, ao tornar as nações europeias interdependentes por meio de um mercado comum, além de servir como oposição à União Soviética. Nesse sentido, em 1950, foi comunicada a Declaração de Schuman pelo ministro francês de Negócios Estrangeiros, Robert Schuman. O plano propunha a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a primeira instituição supranacional que daria origem à União Europeia. Inicialmente composto por seis potências, hoje o bloco integra 28 países – incluindo o Reino Unido, que judicialmente continua como participante. Membros da União Europeia são submetidos a uma política que regulamenta 35 tópicos, como a livre circulação de mercadorias e a política de concorrência.

Assim, em um contexto de crise econômica e migratória, discursos antieuropeus sustentam a ideia de que a integração do continente estaria impedindo o crescimento dos países. “Alguns dizem que a União Europeia, ao unificar o mercado europeu, causou desemprego nos estados nacionais. Outros dizem que ela legisla muito sobre a vida cotidiana das pessoas”, explica Arturi. Esse ceticismo resultou na saída do Reino Unido do bloco, o que ficou conhecido como Brexit, e mais recentemente na promessa de Marine Le Pen de também retirar a França, caso eleita. “Se o conservadorismo de direita avançar na Europa, a tendência é a reprodução do Brexit em outros países, com o fim do projeto de integração europeu. Mundialmente, ficará muito mais difícil manter a ordem liberal”, afirma Fabiano Mielniczuk.

Vanessa Petuco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

## O cidadão francês

No dia 7 de maio, o centrista Emmanuel Macron venceu as eleições para a presidência da França com 66% dos votos, de acordo com o Ministério do Interior daquele país. Kevin Gallaccio, jovem francês que trabalha numa loja comercial em Paris, conta ter votado em Macron para evitar a eleição da ultradireitista Marine Le Pen. “Ontem, eu fiz como muitas pessoas na França, votei ‘contra’ um candidato em vez de votar ‘para’ um candidato”, justifica. Kevin diz ter ficado surpreso com o resultado de Le Pen no primeiro turno, pois demonstra que há um lado conservador muito forte na França. Segundo ele, é possível observar dois lados da extrema direita francesa: “os que sustentam fortes convicções conservadoras, e os que são, infelizmente, mentalmente fracos e facilmente manipuláveis”. Como exemplo ele cita um amigo que foi influenciado por skinheads (do inglês, cabeças raspadas) – uma subcultura que difunde ideias neonazistas e de extrema direita – e seu avô, que mora no interior da França, em uma cidade com dois mil habitantes.

Já Julie Dobeiecki, também residente na capital francesa, acredita que o que mais pesou nessas eleições não foi o conservadorismo, mas sim o protecionismo. Julie conta ter votado nos dois turnos em Macron por seu caráter pró-europeu. “Considero que ele foi a melhor opção para nós porque ele acredita na União Europeia e em um futuro positivo, apesar do

Brexit.” Além disso, ela se diz surpresa pelo fato de os dois principais partidos que vêm governando o país por anos [Partido Socialista, de François Hollande, e Os Republicanos, originado do União por um Movimento Popular, de Nicolas Sarkozy] não terem passado para o segundo turno. “Eu nunca havia visto eleições assim antes. A França está muito dividida atualmente”.

Feliz com o resultado, Camille Diere, formada em relações internacionais em uma instituição de ensino na cidade de Lyon, conta que estava com medo caso a ultradireitista Marine Le Pen fosse eleita, devido à diversidade existente na França. “A gente não pode cair nesse fechamento identitário, nessa ideia de que a França é para os franceses.” Segundo ela, essa pluralidade vem para ajudar um país que enfrenta o envelhecimento populacional. Então, receber jovens de outros lugares do mundo seria uma forma de fomentar o crescimento econômico do país.

Entre as propostas de Le Pen estava a taxação de contratos trabalhistas de estrangeiros, a contenção da imigração e a restrição da educação gratuita a cidadãos franceses. Aliviada, a brasileira Natalya Gorsky, formada em fonoaudiologia na UFRGS e residente na França, diz que teve medo caso Le Pen fosse eleita, pois irá renovar seu visto um mês após a posse do novo presidente. “As pessoas falavam: ‘ah, ela não vai fazer nada tão cedo, se ganhar’ - mas olha o que o Trump fez!”.



# Mundo melhor começa em casa

**Sustentabilidade** Projeto Casa E estuda inovações em construções ecológicas

Todo 5 de junho, desde 1972, quando o Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído na Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) em Estocolmo, o mundo lembra que é preciso pensar soluções sustentáveis para manter a natureza em equilíbrio e assim garantir recursos naturais para as próximas gerações. Há um velho provérbio chinês que diz: “Antes de tentar mudar o mundo, dê três voltas em torno de sua casa”. É essa a proposta da Casa E, localizada próxima ao Câmpus do Vale: uma casa-conceito ecológica experimental e demonstrativa, em que se projetam e testam conceitos inovadores no uso de energia e recursos renováveis.

A ideia de construir uma casa para experimentar alternativas ecológicas em habitações foi do professor do Departamento de Física da UFRGS Flavio Horowitz. Na verdade, a proposta inicial do pesquisador, em 1978, era construir uma casa no sítio que comprara e morar mais perto do trabalho – nessa época o Câmpus do Vale foi inaugurado e muitos departamentos foram transferidos para lá, como o Instituto de Física. Mas, no mesmo ano, ele viajou para o exterior a fim de fazer doutorado. Quando voltou, em 1983, não encontrou uma comunidade universitária no entorno no novo câmpus, como esperava. Foi então que idealizou um projeto maior de utilidade geral: a Casa E, que começou a partir de recursos pessoais de Flavio, possibilitando a construção das fundações da moradia. Depois, continuou com o apoio do CNPq, mas a obra parou por um período. Depois que cessou o auxílio proveniente da instituição, a retomada do projeto ocorre a partir de projeto, desta vez da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), com três empresas parceiras de dispositivos de energia solar para trabalhar especificamente com essa energia renovável. A Casa E, que levou sete anos para ser construída, foi concluída em 2008 e inaugurada em 2010.

**Uma habitação** – A residência é um microcosmo de soluções baseado em cinco princípios, chamados de *5 Es*: Envoltória (envelope house), Energias e recursos renováveis, Ecológica, Experimental-demonstrativa e em Evolução. A Casa E é uma habitação envelope; é uma casa dentro de uma casa. A tecnologia ajuda na climatização do ambiente. No espaço vazio entre a casa interior e a casa envoltória, uma corrente de ar flui anteriormente aquecida. No inverno, o ar circula ao longo de todas as peças, distribuindo o ca-



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

lor. Já no verão abre-se a claraboia (uma abertura no alto da edificação destinada a permitir a entrada de luz ou a passagem de ventilação) e o ar quente sai e cria uma região de baixa pressão na parte alta, fazendo com que naturalmente o ar da parte de baixo, detrás da casa (uma região sombreada e fresca), seja sugado para dentro, passando por um leito de pedras de granito. Essas pedras resfriam o ar, proporcionando uma redução de 10°C abaixo da temperatura ambiente. É um ar-condicionado natural.

A climatização do ambiente também é feita por meio de árvores, com vegetação caduca na parte externa; elas perdem as folhas no inverno, deixando entrar mais sol e, no verão, sombreiam em locais estratégicos. A moradia utiliza energias e recursos renováveis, como a energia solar, e recupera a água da chuva. A frente da casa é orientada para o norte com o objetivo de captar maior exposição solar para o aquecimento da água e do ar. Para dias sem sol, a casa é equipada com um fogão à lenha para o aquecimento da água e do ambiente, e uma lareira chilena ecológica com dupla combustão, que permite um aproveitamento maior com menor emissão de gás. A lenha usada tanto no fogão como na lareira é reciclada e própria do local. A casa também foi pensada para tratar os resíduos da cozinha e do banheiro, e toda a iluminação

é feita por lâmpadas de LED, mais eficientes que as fluorescentes.

A construção da casa não é tradicional; ela foi baseada em inovações que empregam processos físicos. Flavio explica que o projeto arquitetônico não partiu de um planejamento fechado. As soluções eram pensadas à medida que a casa ia sendo construída e aperfeiçoada: “As soluções eram procuradas durante meses até se encontrar um resultado, como a claraboia que abre e fecha, inexistente no mercado. Foi preciso fazer um novo sistema, que agora se pode aplicar em outras construções”.

As inovações implantadas foram monitoradas – existe uma pequena estação meteorológica na parte superior da edificação. A eficácia foi comprovada, e agora podem ser multiplicadas e adaptadas a diferentes situações. Flavio, por exemplo, reformou seu apartamento utilizando alguns conceitos aplicados na Casa E, como vidro duplo, vegetação em torno do apartamento e ventilação cruzada para conforto térmico, baixando o consumo de energia elétrica.

A professora do Departamento de Arquitetura da UFRGS Silvia Morel observa que é viável ter uma residência sustentável com práticas bem simples: “Um projeto com uma boa orientação solar já é o início para ser sustentável. Também existem materiais interessantes, como pisos feitos com matéria-

-prima reciclada. Pode-se coletar água da chuva, basta ter uma calha e um reservatório. O arquiteto tem que ter esse papel pedagógico de ensinar o cliente e mostrar que uma proposta ecológica não sai mais caro”.

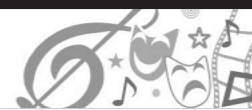
A Casa E é uma fonte de ideias com referência nacional e também internacional. Em 2016, ganhou o prêmio Boas Ideias de Sustentabilidade, da Fundação Gaia e da Virada Sustentável, e em 2015, o prêmio Renewable Energy, da Energy, Science & Technology International Conference and Exhibition. O projeto também se caracteriza por ser uma iniciativa

interdisciplinar em constante desenvolvimento, pois desde a sua implantação contou com a parceria de vários departamentos e laboratórios da UFRGS, como o Instituto de Física, o Laboratório de Energia Solar do Depto. de Engenharia Mecânica e o Laboratório de Materiais Poliméricos do Depto. de Engenharia de Materiais. A Casa E pode ser visitada por grupos por meio de marcação prévia pelo e-mail walberto.chuvas@ufrgs.br ou pelo telefone (51) 33086421.

Cássia de Oliveira, estudante do 8.º semestre de jornalismo da Fabico

## Dicas para fazer sua casa mais sustentável

1. Plante trepadeiras de folhas caducas junto às janelas.
2. Empregue sótão ou porão como passagem de ar para o ambiente de vivência.
3. No inverno, isole áreas superiores e inferiores do ambiente principal da casa.
4. Para aquecer o espaço, utilize estufa ou lareira de combustão dupla.
5. Use sombreamento externo e janelas com vidros duplos.
6. Faça o aquecimento da água usando captação termo-solar ou gás natural.
7. Capture a água da chuva com calhas no telhado e a reaproveite na descarga dos vasos sanitários.
8. Reutilize a água da chuva para regar jardins ou flores.
9. Substitua as lâmpadas incandescentes ou fluorescentes pelas de LED.



# A par do debate internacional

**Desenvolvimento rural** Editora da UFRGS lança obras estrangeiras da série *Estudos Camponeses e Mudança Agrária*



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - ABRIL/2013

**Agricultura orgânica já é uma realidade rentável no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão**

Em parceria com a Editora da Unesp, a Editora da UFRGS lança dois livros dentro da série *Estudos Camponeses e Mudança Agrária*. As obras são de autoria de pensadores internacionais: *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*, de Philip McMichael, e *Camponeses e a Arte da Agricultura*, de Jan Douwe van der Ploeg. No primeiro, o professor de Sociologia do Desenvolvimento da Cornell University relaciona a questão agrária aos problemas alimentares no mundo – como o modo de produção capitalista na agricultura resultou em pro-

blemas sociais, ambientais e de saúde. No segundo livro é apresentada a velha discussão sobre o fim do campesinato. O professor de Sociologia Rural da Wageningen University e da Universidade Agrícola de Pequim expõe os principais conceitos e noções teóricas e políticas de Alexandre V. Chayanov, o agrônomo social (como gostava de se definir), foi um pensador russo que estudou o campesinato durante os anos conturbados de seu país. Seus livros foram escritos entre 1905 e 1924, quando debatia com

Lênin o destino dos camponeses russos pós-revolução. Logo após a morte do líder, as ideias do autor o levaram à prisão e ao exílio, seguido de seu fuzilamento aos 49 anos.

O professor de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS Sérgio Schneider lembra que nos estudos sociais rurais do Brasil existe uma distância grande entre o debate internacional e o debate nacional. “Existe uma série de razões para isso, mas a língua continua sendo uma barreira. Por mais que haja

um grande estímulo, as pessoas ainda não leem em inglês e, logo, os brasileiros ficam fora do debate internacional. A tradução desses livros foi pensada, então, justamente por isso: são obras que já foram escritas como uma espécie de introdução de assuntos relevantes”, justifica o professor. Atualizar pesquisadores e estudantes sobre o que é discutido ao redor do mundo é uma das principais razões da tradução e publicação desses títulos. Segundo Sérgio, embora o Brasil seja um país do agronegócio, os estudos sobre o tema ainda são muito focados na perspectiva nacional e principalmente na regional.

O pesquisador destaca ainda a importância de conhecer as ideias de Chayanov, reconhecido como o “pai do cooperativismo”, para os estudos rurais. “No Rio

Grande do Sul existe uma tradição cooperativista muito forte; 85% dos agricultores no Estado estão ligados a alguma cooperativa. Fala-se muito em cooperativismo, mas não se tem estudo sobre. Recuperar esses fundamentos é muito importante para atualizar o tema. Esse é o valor de trazer as obras do Chayanov”, explica.

A série *Estudos Camponeses e Mudança Agrária* é um projeto da Initiatives in Critical Agrarian Studies (Icas – Iniciativas em Estudos Críticos Agrários), comunidade mundial de ativistas do desenvolvimento rural e estudiosos que trabalham com questões agrárias. A UFRGS participa da Icas com professores do PGDR.

Cássia de Oliveira, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



## Regimes alimentares e questões agrárias

Philip McMichael

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

260 páginas | R\$ 48,00 (preço médio)



## Camponeses e a arte da agricultura

Jan Douwe van der Ploeg

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

196 páginas | R\$ 44,00 (preço médio)



## De Carcaças e Máquinas de Quatro Estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil

Caetano Sordi | Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

178 páginas | R\$ 34 (preço médio)

## Entre carnívoros e vegetarianos

O que está em jogo quando produzimos e consumimos carne, sobretudo no contexto brasileiro contemporâneo? Essa questão está no centro da pesquisa desenvolvida por Caetano Sordi cujas reflexões foram publicadas na obra *De Carcaças e Máquinas de Quatro Estômagos – controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*, pela editora da UFRGS. O estudo foi realizado a partir da observação em feiras e eventos agropecuários locais e nacionais por evidenciarem “a faceta pública da indústria agropastoril”. Dessas observações, ele trabalhou temas como os riscos ambientais envolvidos na produção de carne; o papel da carne na dieta humana; o estado da arte das relações entre humanos e animais na obtenção do produto; aspectos socioeconômicos e de gênero envolvendo o consumo e a produção carnívora. Se, por um lado, a linguagem denota um tom acadêmico, trazendo grande número de citações e um vocabulário mais rebuscado, por

outro lado, as situações relatadas para ilustrar a relação do humano com o animal dão um tom mais coloquial à obra, ao problematizar assunto tão polêmico. No terceiro capítulo, por exemplo, Caetano narra o caso de Louise, com cerca de 20 anos, cuja família faz com que a jovem passe por uma série de exames médicos, buscando explicações para o fato de ela se recusar a comer carne desde os cinco anos de idade. “Há aqui qualquer coisa de semelhante com a fatigada discussão a respeito das razões neurológicas, sociais ou genéticas da homossexualidade, uma condição pessoal que parece necessitar sempre de explicações, qualquer que seja a matriz desta explicação,” escreve. Para o autor, casos como o relatado, contribuem para a reconstrução dos conflitos discursivos em torno do tema do consumo de carne, sobretudo a bovina, em um país que é o segundo maior produtor desse tipo de carne, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

(Jacira Cabral da Silveira)



## Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão

Francisco Rüdiger | Florianópolis: Insular, 2017

238 páginas | R\$ 49 (preço médio)

## Genealogia do pensamento sobre jornalismo

O pensamento acadêmico – como todo o pensamento, aliás – é inevitavelmente produto de sua própria história. No caso dos estudos de Jornalismo, ainda têm a particularidade de serem relativamente recentes e tributários de outras áreas de conhecimento. Nesse sentido, entender de onde vêm é fundamental para que se possa dimensionar e mesmo direcionar os possíveis avanços no campo. *Origens do pensamento acadêmico em jornalismo*, portanto, é uma valiosa contribuição para esse processo; ainda mais por sair do eixo internacional do qual geralmente se aproxima mais a pesquisa feita no Brasil – que oscila muito entre países da América e da Europa Ocidental. A ênfase nos estudos do período que antecede à II Guerra Mundial, ainda, dá uma dimensão de um mundo já em profunda transformação. Também estão aí marcadas mudanças nas práticas jornalísticas: a imprensa comercial de grande alcance se disseminava e chegava a um público mais amplo e variado. O primeiro caso trazido pelo autor é o da Alemanha. Mesmo que seja interessante

a apresentação do pensamento sobre jornalismo que vem de uma importante tradição acadêmica e que tem status pioneiro, os contextos soviético e japonês, apresentados a seguir parecem mais interessantes pelo seu ineditismo. No caso da União Soviética, isso representa a possibilidade de se conhecer os processos de imprensa e as reflexões sobre o tema num momento de convulsão social e de profunda transformação como foi a transição dos anos 1800 para os 1900 e do regime monárquico para a república socialista. Em se tratando do Japão, tem-se na obra uma aproximação com os estudos de uma nação distanciada do Brasil tanto em termos geográficos quanto culturais – lacuna esta acentuada pela barreira linguística. Neste apanhado que Francisco Rüdiger nos apresenta, portanto, há a possibilidade de vislumbrar perspectivas distintas daquelas às quais estamos mais habituados e, assim, entrever elementos de realidades jornalísticas e acadêmicas que raramente passam por nossas reflexões. (Everton Cardoso)



GUSTAVO DIEHL/SECONA

# Dançando com os russos

## Balé Salão de Atos foi palco do intercâmbio cultural entre bailarinos da UFRGS e da Rússia

Era noite do dia 11 de maio. Reuniam-se no Salão de Atos da Universidade senhoras, crianças, casais, famílias e estudantes, ansiosos à espera do espetáculo de balé, pouco comum em Porto Alegre, ainda mais por se tratar da companhia Ballet da Rússia – país conhecido por sua tradição na dança clássica. Às 20h32min, a professora de dança da UFRGS Lisete Vargas entra no palco acompanhada da aluna Gracielli Lattuada e anuncia: “Não é fácil viver de cultura em nosso país, mas nós resistimos”. Ambas estavam naquele momento representando o projeto de extensão Ballet da UFRGS, que participaria do espetáculo como parte de um intercâmbio acadêmico e cultural entre bailarinos russos e brasileiros. Após as boas-vindas, ouve-se a música, abrem-se as cortinas, e os russos entram no palco encenando uma noite de Natal, em que a protagonista ganha de seu padrinho um quebra-nozes em trajes de soldado. À noite, porém, o objeto ganha vida, iniciando a aventura mágica, que será a história de “O Quebra-Nozes” pelas duas horas seguintes.

Foi entre as quatro barras de balé dispostas no palco do Salão de Atos que houve o primeiro contato entre os bailarinos da UFRGS e os convidados. Como parte do projeto, foi realizado um *master class* de balé na tarde do dia anterior, reunindo os bailarinos dos dois grupos e também de outras companhias de dança da cidade. A aula foi ministrada por Liudmila Titova, também diretora do Ballet da Rússia, que conduziu os mais de 30 bailarinos ali presentes atenta a cada *plié* e *fouetté*. A língua

não se constituiu um problema, pois os passos do ballet clássico são universais. Para Titova, além da execução dos movimentos, é importante que os bailarinos sejam expressivos. “Não adianta ter uma boa pirueta e não mostrarem animação no rosto. Para mim, é muito importante que sejam atores; eles precisam atuar no palco. Por isso o público verá um show mágico”, comenta.

A ensaiadora do balé da UFRGS, Paula Amazonas, considera que, além do intercâmbio cultural, a experiência de conhecer como funciona o dia a dia de um profissional do balé é relevante, visto que no Brasil é difícil ter um dia inteiro dedicado à dança – os bailarinos normalmente trabalham em outras atividades. “Qualquer tipo de interação entre cultura, entre países e diferentes técnicas – sabemos que a Rússia é conceituadíssima na técnica clássica, pois há muito tempo eles vêm se aperfeiçoando no balé – é maravilhoso. Por isso, para os nossos alunos terem contato com esses grandes bailarinos que fazem turnês mundiais, é uma experiência incrível”, ressalva.

**Uma noite mágica** – Algumas horas antes de entrarem no palco, os bailarinos da UFRGS – Escobar Júnior, Jaqueline Duarte, Natália Meireles, Pamela Sabrine, Raquel Schutzz e Thomaz Della Vecchia – encontravam-se reunidos em uma sala nos bastidores do Salão, finalizando a maquiagem e vestindo os figurinos. Eles participariam do ato da dança espanhola, servindo como corpo de baile para um casal de bailarinos russos. As meninas usavam

vestidos rodados até os joelhos, uma flor vermelha presa ao coque, olhos marcantes e batom também vermelho. Tinham, ainda, desenhado acima das orelhas, o antigo “pega-rapaz” – clássico em danças espanholas; os meninos, igualmente maquiados, preocupavam-se com cada detalhe de suas roupas. Entre ajustes de última hora e colocação de cílios postiços, o clima era de alegria e descontração – estar dançando em casa contribuía para uma maior segurança. Conforme se aproximava do horário da apresentação, a ansiedade ficava mais evidente.

Enquanto isso, no palco, os russos tiravam fotos com os diferentes figurinos que iriam utilizar no espetáculo e, em seguida, começavam suas longas séries de alongamentos. Próximo do início da apresentação, o corpo de baile da Universidade se reuniu atrás do palco, formando uma roda com sua ensaiadora, Paula Amazonas, que lembrou que todos deviam sorrir e aproveitar o momento. E assim fizeram. Ao subirem ao palco, a plateia os acolheu com muitos aplausos. “Quando nos demos conta que estávamos de fato dividindo o palco com o ballet da Rússia, foi espetacular. Eu senti que a plateia estava com uma energia muito boa, nos aplaudiram muito. É uma experiência que vou guardar para o resto da vida”, declara, emocionada, Gracielli Lattuada. “Para nós, foi uma experiência incrível fazer parte daquilo. São coisas que estamos sempre estudando, pesquisando, olhando, assistindo, e hoje a gente estava fazendo parte disso tudo”, acrescenta, realizado, Escobar Júnior. Em meio aos abraços e

parabenizações, foi dada a notícia de que eles participariam também da apresentação do dia seguinte, no Teatro do Sesi.

**Estreitando laços** - O diretor para a América Latina do Ballet da Rússia, Augusto Stevanovich, conta que a parceria começou em um churrasco no ano passado. Na ocasião, ele e a professora Lisete foram apresentados por um amigo em comum. Augusto sugeriu, então, que os bailarinos da UFRGS se apresentassem no espetáculo que viria em turnê pelo Brasil este ano – *O Quebra-Nozes*. “O ballet clássico normalmente é uma arte

a que poucos têm acesso. O nosso objetivo é popularizar para que o público possa assistir aos espetáculos”, explica. A ideia é que Porto Alegre receba um centro cultural da Rússia, que promoverá apresentações em projetos sociais, casas de idosos, entre outros. Liudmila, que já esteve outras vezes no Brasil, revela sua simpatia pelo país e o desejo de criar parcerias aqui. “Talvez no futuro tragamos uma escola de balé para o Brasil – talvez no Rio de Janeiro e noutras cidades. Somos jovens e queremos fazer isso.”

Paula Barcellos, estudante do 5º semestre de jornalismo da Fabico

## Nossos bailarinos

O curso de dança da UFRGS teve início em 2009, no Câmpus da ESEF (hoje, ESEFID, por também acolher os recentes cursos de Fisioterapia e Dança). A ideia surgiu com a professora Lisete Vargas – que entrou como professora do curso de Educação Física em 2006 – e foi acolhida pelo diretor da época, Ricardo Petersen, e pelo pró-reitor de graduação, Alexandre Netto. Com mais duas professoras, formou-se, então, uma comissão de Licenciatura em Dança. Após a entrada dos alunos, Lisete percebeu que havia os mais diferentes tipos de dançarinos e, assim, resolveu juntar algumas alunas de balé clássico e dar início a um novo projeto como atividade de extensão. “No ano de 2010, esse grupo, chamado Ballet da UFRGS, estreou. Inicialmente era só para alunos do curso de dança. Hoje aceitamos na audição alunos de todos os cursos da UFRGS”, conta a professora. Compõem o grupo os bailarinos Alessandra Kircher, Bárbara Tedesco, Escobar Júnior, Jaqueline Duarte Ritta, Natália Meireles, Pamela Sabrine, Raquel Schutzz e Thomaz Della Vecchia, sendo três do curso de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social. Durante os sete anos do projeto, o Ballet já fez diversos espetáculos, viagens, participações em festivais dentro e fora do estado – inclusive ganhando premiações. Lisete conta que a maior dificuldade se deu por entrarem em um espaço que era adaptado para o curso de Educação Física, sem as estruturas necessárias para receber um curso de dança – mais precisamente de balé. “Com a nossa chegada, novas necessidades se criaram – principalmente em relação às especificidades do que é uma sala de dança: tu tens que ter um piso apropriado, espelhos, as barras”, explica. Assim, pouco a pouco foram conquistando salas e fazendo reformas, passando a compor o câmpus e, também, a Universidade.



## DESTAQUE



## Comunicação pela arte

**Visibilidade** *Multimúsica estimula a ocupação dos espaços públicos da cidade e promove cultura gratuita*

O Instituto de Artes (IA) da UFRGS retoma, neste mês, a programação oferecida pelo Multimúsica. Criado em dezembro de 2014, o projeto é uma parceria com o Teatro São Pedro, que oferece o complexo do Multipalco para a realização das apresentações. Lúcia Carpena, diretora do IA, visa aumentar a presença da Universidade nos cenários culturais de Porto Alegre: “Formamos artistas, professores e historiadores da arte. Queremos mostrar suas produções de forma institucionalizada, com programação fixa”.

A estreia ocorreu em 24 de junho de 2015 e, desde essa data, as apresentações ocorrem às 19h30 na última ou penúltima quarta-feira de cada mês. Neste ano, haverá seis concertos, dois no primeiro semestre e quatro no segundo. Em junho a Classe de Contrabaixistas do Departamento de Música será o destaque, com os músicos Lucas de Almeida, Samuel Pasqualetto e Wendell da Rosa, acompanha-

dos pelos pianistas Louise Nunes e Érico Bezerra, orientados pelo professor Alexandre Ritter.

Proporcionar cultura pública gratuita é o objetivo do projeto, a fim de garantir o papel de polo cultural ao centro da cidade. O público é heterogêneo e muitas pessoas que moram na região assistem aos concertos após o trabalho. Para Samuel Pasqualetto, que já se apresentou nas edições de setembro e novembro de 2016, o Multimúsica incentiva seu trabalho: “Foi uma experiência muito gratificante. Tocar no Multimúsica é um grande incentivo para que eu siga crescendo a cada apresentação. O local é excelente, um dos palcos mais importantes do estado. É ótimo que um lugar como o Multipalco busque formas de se tornar realmente um centro cultural. Iniciativas como essa fazem os artistas se aprimorarem”.

Para organizar o evento, os professores recebem e-mail caso queiram se inscrever. Alunos e grupos específicos também

participam. Lúcia ressalta que o repertório montado é bastante “colorido” e estimulante: “São formações e estilos diferentes. Nossa intenção é ampliar a produção cultural, estimulando os alunos a atuarem em ambientes fora dos limites da universidade. Participar do Multimúsica é um sinal de reconhecimento e amadurecimento, porque são estudantes prontos para tocar fora dos saraus e espaços do Instituto de Artes”.

A parceria representa um movimento de resistência cultural em um cenário de corte de verbas: “Queremos garantir que haja uma programação gratuita e de qualidade na cidade de Porto Alegre, que reflita o compromisso social da Universidade. O objetivo é mostrar à população o que produzimos no Instituto de Artes – e, por conseguinte, nos comunicarmos de um modo mais eficaz com a população, porque a arte é o caminho tradicionalmente mais fluente de comunicação e visibilidade”, ressalta Lúcia.

## MÚSICA

Auditorium Tasso Corrêa traz trabalhos desenvolvidos no Departamento de Música do Instituto de Artes, entrada franca.

SARAU – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 5 de junho, 12h30

SARAU – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 8 de junho, 12h30

RECITAL DE GRADUAÇÃO

EM REGÊNCIA CORAL DE ALEXANDRE SANTOS  
Apresentação: 8 de junho, 19h

SARAU – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 12 de junho, 17h30

RECITAL DE VIOLONCELO DE DOUTORADO DE DÉBORA SILVA  
Apresentação: 16 de junho, 17h30

RECITAL DE VIOLONCELO

DE ERICO SCHMITT  
Apresentação: 17 de junho, 20h30

SARAU DE CANTO – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 19 de junho, 12h30

SARAU – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 22 de junho, 12h30

RECITAL DE GRADUAÇÃO EM CONTRABAIXO DE

PAULO BRAGA  
Apresentação: 24 de junho, 19h

SARAU – RECITAL DE ALUNOS DE MÚSICA  
Apresentação: 26 de junho, 12h30

RECITAL DE PIANO DE ANDRÉ LOSS, SÉRIE DE CONCERTOS DOS PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE MÚSICA DO IA  
Apresentação: 29 de junho, 20h30

## CINEMA

## Mostra Estadual Sesc de cinema

A Mostra inclui filmes gaúchos, longas e curtas metragens, de animação, ficção e documentários, abordando temas como: sistema carcerário; prostituição; trabalho doméstico;

Sessão: 09 de junho, às 16h e às 19h

ÀS MARGENS  
Dir. Boca Migotto | Documentário | 2016 | Classificação: livre | 16 min

DOMÉSTICAS  
Dir. Felipe Diniz | Documentário | 2016 | Classificação: livre | 15 min



DIÁRIOS DALTÔNICOS  
Dir. Patrícia Monegatto | Documentário | 2014 | Classificação: livre | 17 min

FREQUÊNCIAS DO INTERIOR  
Dir. Neli Mombelli | Documentário | 2015 | Classificação: livre | 25 min

PISKA  
Dir. Nelson Brauwiers e Andruz Vianna | Documentário | 2016 | Classificação: 12 anos | 19 min  
Local: Sala Redenção

## Cine-debates: Você tem fome de quê?

O ciclo é uma homenagem aos dez anos do Projeto *Criança e Consumo*, do Instituto Alana de São Paulo, pioneiro na discussão do tema da *Publicidade dirigida à Criança*.

MUITO ALÉM DO PESO  
Data: 21 de junho, às 16h  
Debatedoras: Cintia Santos Costa (SMED) e Annelise Barreto Krause (SMS)

CRIANÇA – A ALMA DO NEGÓCIO  
Data: 22 de junho, às 16h  
Debatedoras: Mariana Dihil Schiffner (UFRGS) e Cintia Silva dos Santos (SMED)

APART HORTA  
Data: 22 de junho, às 19h  
Debatedoras: Cecília Engels (Diretora do filme) e Ingrid de Barros (UFRGS)  
Local: Sala Redenção

## Mostra Tela Indígena

O programa visa divulgar filmes realizados por indígenas, após as sessões, propõe-se um debate acerca do conteúdo assistido.

Sessão: 21 de junho, 19h

PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?  
O clima global está mudando, e os índios do Xingu observam os sinais que estão por toda parte.  
Sessão: 21 de junho, às 19h  
Local: Sala Redenção

BELO MONTE: DEPOIS DA INUNDAÇÃO  
Documentário relata a situação atual em Altamira, região em torno da Amazônia.  
Sessão: 21 de junho, às 19h  
Local: Sala Redenção

## EXPOSIÇÃO



## Tambores Distintos

A mostra reúne trabalhos em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica resultantes das pesquisas desenvolvidas por dezoito artistas formados pelo Bacharelado em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS em 2016.

Visitação: de 23 de maio à 13 de junho, das 10h às 18h  
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo  
Entrada franca



## Paisagens da memória: cidades e corpos em movimento

Por meio do acervo preservado pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, a exposição procura oferecer ao público contato com a memória esportiva da cidade de Porto Alegre que, desde as primeiras décadas do século XX, vem atraindo públicos e praticantes, transformando, assim, os espaços urbanos e suas paisagens.

Visitação: de 15 de maio a 29 de março de 2018, de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, e aos sábados, das 09h às 13h.  
Local: Museu da UFRGS  
Entrada franca.

## Nós Podemos! A mulher da submissão à subversão

Produzida por estudantes do Curso de Bacharelado em Museologia da UFRGS, a exposição aborda a representação da mulher na sociedade, buscando suscitar questionamentos e dar visibilidade às conquistas femininas ao longo dos anos.

Visitação: 19 de maio a 24 de junho de 2017, de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, e aos sábados, das 09h às 13h.  
Local: Museu da UFRGS  
Entrada franca



## PRO POSIÇÕES

PRO POSIÇÕES comemora os 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do IA/UFRGS. Com curadoria de Icléia Borsa Cattani e Maria Amélia Bulhões, a mostra apresenta trabalhos de dezesseis professores artistas do PPGAV-IA/UFRGS.

Visitação: de 3 de maio a 25 de junho de 2017, de terças a domingos, das 10h às 19h.  
Local: Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS  
Entrada franca

## FATRO

## Ficções Odes Mínimas

O Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão apresenta a temporada do espetáculo *Ficções Odes Mínimas*, inspirada na obra poética de Hilda Hilst.

Apresentações: quartas-feiras de junho, 12h30 e 19h30  
Local: Sala Qorpo Santo  
Entrada franca (retirada de senhas uma hora antes do espetáculo)  
Classificação: 13 anos

## ONDE?

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**  
Senhor dos Passos, 248  
Fone: 3308-4302

► **Sala Qorpo Santo**  
Luiz Englert, s/ n.º, ao lado da Sala Redenção  
Fone: 3308-3080

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/ n.º  
Fone: 3308-3933

► **Museu da UFRGS**  
Avenida Osvaldo Aranha, 277  
Fone: 3308-3390

## Meu Lugar na UFRGS

ROCHELE ZANIVALI/SECOM



## Diálogo e resistência

“Há um simbolismo muito grande, porque esse espaço representa uma ocupação legítima”, enuncia Marcos Vesolosquzy, explicando com serenidade o porquê de a Faculdade de Direito ser o seu lugar preferido na UFRGS. De etnia Kaingang, morava em Nonoai até ingressar no ensino superior. Desde 2008, ocorrem processos seletivos específicos para indígenas. Em 2013, Marcos se inscreveu porque havia vaga no curso de Direito. Desejava entender a questão da territorialidade para defender sua comunidade e ajudar seu povo a compreender seus direitos por meio da linguagem jurídica e da legislação.

“Conquistar esse lugar significa luta e coletividade para mim.” Inicialmente, Marcos não se sentiu bem recebido, porque não havia valorização e respeito à sua cultura. “Não houve recepção por parte de alguns colegas e professores, pois muitos não davam a devida importância a isso. Para eles era irrelevante e não teria por que me tratarem de modo diferenciado”, desabafa. Em sala, um professor questionou seus trajés, considerando-os inadequados, já que usava chinelos de dedo e bermuda. Entretanto, esse tipo de atitude só fez com que a Faculdade de Direito reafirmasse a sensação de pertencimento, visto que se tornou um espaço de legitimidade, autonomia, representatividade e luta para que as questões específicas de seu povo ganhem visibilidade. Para o estudante, é essencial lembrar que ninguém ofereceu a vaga, que foi uma conquista e, por isso, esse local deve ser de resistência.

Frequentando aulas nos três turnos, diz ter conhecido muitas pessoas diferentes e que foi possível fazer amizade não só com colegas, mas também com um professor em especial, Lucas Pizzolatto Konzen. Ele o convidou para integrar o grupo de pesquisa em Sociologia do Direito. Foi possível, então, introduzir o debate da temática indígena nesse núcleo. Ele diz que é na sala de aula que ocorrem as discussões: “É onde mais gosto de estar presente para levar algo novo às pessoas. Vários alunos

têm uma posição equivocada porque o tema nunca foi abordado. Hoje, venho trazendo o diálogo na sala de aula a partir de uma abordagem proposta por alguém que é indígena”. Apesar de o ambiente ainda ser hermético, ele já percebe mudanças que tornam o lugar mais acolhedor e comenta que passa o tempo com estudantes que vivenciam dificuldades similares às suas, como seus quatro amigos indígenas e os colegas cotistas, que aumentaram significativamente com os últimos vestibulares.

Após entrar na UFRGS, sua noção de responsabilidade social aumentou e até sua dinâmica familiar se transformou: seus pais agora também moram em Porto Alegre. O ambiente universitário repercutiu em sua personalidade, principalmente ao confrontar-se com o individualismo que caracteriza esse espaço. “Quando entrei aqui, foi cada um por si. Amanhã, tu podes ser o concorrente do teu colega. É uma posição de adversários, não de companheirismo”, diz sobre um modo de se relacionar que se contrapõe ao valor de grupo de sua cultura.

O pensamento dominado pela riqueza, consumo e conforto enfatizados no meio universitário também impactou sua vida. As aulas incentivam que os alunos busquem altos cargos, maior poder aquisitivo. Marcos, no entanto, segue um passo de cada vez e deseja se graduar para, depois, cursar uma pós-graduação. Não sonha em montar um escritório, mas deseja atuar junto às comunidades indígenas e, quem sabe, voltar a esse espaço que tanto transformou sua vida e perceber que a realidade é outra: inclusiva e que reconhece a diversidade em todos os seus ângulos.

**Camila Souza, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# O caminho da cerâmica

Samantha Klein

Ao entrar em um apartamento amplo, de grandes janelas e decoração clássica, repleto de obras de arte, localizado no bairro Rio Branco, em Porto Alegre, a repórter confirmou a expectativa após a leitura de texto da artista Marianita Linck em obra autobiográfica, recentemente lançada. “Fiquei impressionada com a sua organização. Isso se reflete no texto do livro autobiográfico”, destacou. “Eu era organizada. Agora preciso arrumar meus arquivos novamente”, ressalta a ceramista. “Sempre guardei registros. Por isso foi possível escrever o livro sobre a minha trajetória. Aos 93 anos, esquecemos de muitos detalhes.”

Além da organização e do método apurados, impressiona também a vitalidade da voz de uma das ceramistas mais importantes do Rio Grande do Sul e do país. É difícil acreditar na idade de Marianita, que dirigiu o próprio carro até o ano passado. “Só parei porque um azulzinho me parou na rua e multou porque eu não tinha pago o IPVA. Fiquei indignada, pois em toda a minha vida jamais levei uma multa de trânsito e nunca deixei de pagar o imposto.” O esquecimento ocorreu porque ela pagava a conta no mês de janeiro, junto com o IPTU, mas em um dia de banco cheio, a quitação ficou adiada e acabou não ocorrendo. “É normal esquecer algumas coisas aos 93, né?”

Foi a rigorosa organização de documentos, materiais de pesquisa com barro, cores e esmaltes que proporcionou o lançamento do livro *Cerâmica, um caminho de vida: Marianita Linck*, organizado pela

também artista Blanca Brites. A publicação é uma homenagem aos quase 70 anos de carreira artística de Marianita. Criada para casar e ter muitos filhos, assim como a mãe, ela não casou nem deixou herdeiros. “Tenho 27 sobrinhos. Eles suprem essa lacuna.”

Nascida em 1924 e alfabetizada em alemão em uma escola tradicional da época, mudou-se com a de Porto Alegre para Guaíba quando ainda era adolescente. “Atravessar o Guaíba diariamente para ir à escola seria algo impensável. Por isso, eu e minha irmã fomos estudar em um internato de São Leopoldo.” E o papo família fica por aí. Metódica e parcimoniosa, a senhora de belos cabelos cuidadosamente penteados prefere reservar-se a contar a trajetória profissional.

A artista pode ser considerada uma das pioneiras da arte da cerâmica no estado. Na UFRGS, com certeza, foi uma desbravadora ao iniciar o trabalho com barro e argilas diferentes em 1968, quando não havia precedentes no Instituto de Artes da Universidade. Nem cadeiras e mesas apropriadas existiam à época, quanto mais os materiais para o aprimoramento da técnica. “A gente só ama aquilo que conhece”, considera. No IA, foi professora até 1991. Antes disso, deu aula na rede estadual e no Colégio Aplicação. Foram 30 anos de magistério. “Dava liberdade aos alunos. Nada de forçar uma técnica. Queria que eles percebessem a própria evolução. Porém, sempre fui muito rígida com a assiduidade. Aula não é brincadeira, é compromisso.”

Esse foi, no entanto, apenas um desafio a ser superado pela

ceramista. “A cerâmica começou a ser desenvolvida na pré-história. Portanto, dizia aos estudantes, que eles precisam ir além e aprender a técnica em diversas partes do mundo. Não era para que eles se influenciassem, mas para que libertassem a criatividade.” Para a artista, a cerâmica é resultado de pesquisa e expressão. Na parede do ateliê, que fica ao lado de seu quarto, estão expostos azulejos desenvolvidos e testados por ela. “Fui conhecendo diferentes tipos de barro e fazendo mesclas de cores e materiais. Dessa forma, o trabalho não assume aspecto comercial, mas a sua própria originalidade.”

Após sua graduação em 1945, Marianita aperfeiçoou sua técnica em Montevidéu, Buenos Aires, Indiana (Estados Unidos) e Tóquio. “A experiência no Japão foi inesquecível. Peguei um táxi e fui aos lugares que gostaria de conhecer. Era incomum sair sozinha, e as pessoas do curso se ofereciam para ajudar. Mas me virei muito bem com meu inglês regular. O deles é muitas vezes pior do que o nosso inglês”, se diverte. “Viajei muito. Em todos os países procurei as exposições em cerâmica para visitar. Conhecer a técnica aplicada em outras partes do mundo enriqueceu minha pesquisa como professora e artista.”

Mesmo para leigos em arte, é possível perceber na obra de Marianita o rigor técnico de cada peça, todas de uma ideia temática própria, sempre metafórica, sem obviedades. O corpo feminino é uma de suas principais inspirações. Ela pretende que seus trabalhos descendam daqueles primeiros objetos cerâmicos que a humanidade produziu como utensílios.



FREDY VIEIRA (DIVULGAÇÃO)

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# Pela arte contemporânea

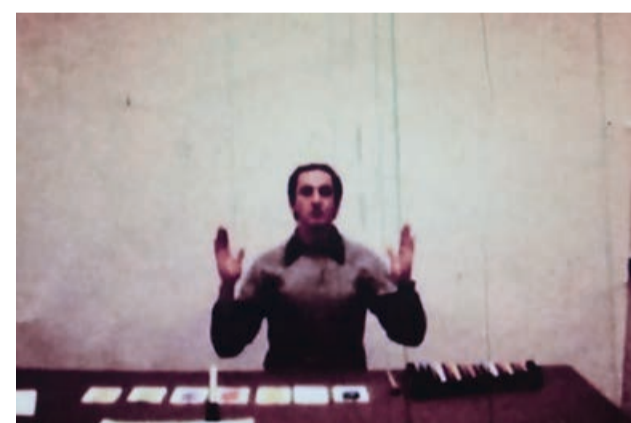
A exposição *Pro Posições* registra, através do prefixo “pro” - (a favor), a posição comum a todos os artistas na defesa da arte contemporânea – com seu caráter experimental –, da prática artística como pesquisa e de uma docência aberta, investigativa e pluralista. A palavra “posições” assinala a presença dos trabalhos individuais e originais de cada um dos 16 artistas professores do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Mais do que resultados finais, a mostra evidencia procedimentos e experimentações, colocando diante de nós obras densas e produtoras de novos sentidos. É um conjunto complexo e coerente de experimentações e reflexões.

Nela se interconectam diferentes posturas com relação à arte e ao seu sistema: a problematização da tradicional categoria da paisagem, a criação de processos de relacionamento e interferências no espaço urbano, a experimentação de novas figurações, a exploração das imagens em movimento, a investigação das relações entre figura e texto, e a criação de ritmos e serialidades.

Os artistas se destacam nacional e internacionalmente: já participaram de residências em diferentes países e das bienais do Mercosul, São Paulo e Veneza, além de atuarem ativamente na cena artística local.

Com curadoria de Icleia Cattani e Maria Amélia Bulhões, a exposição pode ser vista no Museu de Arte do Rio Grande do Sul até o dia 25 deste mês.

FOTOS **ROCHELE ZANDAVALLI** TEXTO **ICLEIA CATTANI E MARIA AMÉLIA BULHÕES**



**ICLEIA CATTANI E MARIA AMÉLIA BULHÕES** SÃO PROFESSORAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS DA UFRGS.





## Continente diverso

TEXTO FELIPE EWALD

FOTOS ROCHELE ZANDAVALLI  
E GUSTAVO DIEHL

A ligação da cultura brasileira com a África, apesar de evidente, é com frequência negligenciada. Ainda que se façam alusões a raízes no passado, pouco se difunde de informações sobre a realidade contemporânea. O JU buscou, inserido nesse espírito, conversar com cidadãos de países africanos que vivem em Porto Alegre para refletirem sobre os grandes desafios vividos por suas nações atualmente e como estes impactam na vida da população. Se a realidade que emerge das falas é dura e aponta as deficiências que os países ainda enfrentam, é justamente pela riqueza e diversidade das informações que a reportagem busca se distanciar da imagem homogênea regularmente construída na mídia e associada a guerras, fome e doenças. Os relatos revelam pessoas orgulhosas de seus países e culturas e dispostas a contribuírem para a transformação de suas sociedades a partir dos conhecimentos e experiências acumulados no Brasil.

# Desafios do continente o



GUSTAVO DIEHL/SECOM

## Mamadú Mutaro Embaló

Desde 2010 fora de Guiné-Bissau, formou-se em Biblioteconomia na UFRGS. Atualmente, estuda para ingressar no mestrado.

“O maior problema em Guiné-Bissau são os governantes. Parece que há como que uma cooptação destes pelos colonizadores. Como se houvesse um acordo do tipo: ‘você vai manter todos os modelos econômicos e políticos que favorecem a metrópole, e a gente, em troca, te ajuda a permanecer no poder’. Desde a independência, nenhum governo ainda chegou a terminar seu mandato por conta de uma sequência de golpes de estado. O único presidente que não foi deposto por golpe morreu de uma doença crônica.

De 2012 para cá, vivemos um impasse político muito grande entre o presidente e o primeiro-ministro, que, por incrível que pareça, são do mesmo partido, mas não se dão bem. Então, não tem como haver desenvolvimento econômico e social se os governos não têm continuidade.

Essa situação de instabilidade política impacta todos os aspectos da vida da população. Por exemplo, o sistema educacional é muito defasado. Teoricamente, sabemos quais são os problemas, mas, sem estabilidade, não é possível criar políticas e programas para saná-los. Além disso, para que as outras áreas prosperem, é preciso uma boa educação. Mas enquanto o governo não está atuando, o país fica parado.

Muitos dos meus conterrâneos que estão aqui no Brasil têm desejo de se formar e voltar para ajudar o país. O problema é que não há condições favoráveis para voltar. Para isso, é preciso ter uma perspectiva. Esse é o meu caso: fiz a graduação, concluí uma especialização e agora estou cogitando o mestrado, enquanto não vejo uma saída para retornar, porque não adianta voltar e ficar parado lá. Isso gera uma fuga de recursos humanos qualificados.

Até há pouco tempo a população era muito passiva, mas hoje já há um movimento de jovens que faz passeatas e manifestações dentro e fora do país. Entretanto, ainda não há garantia de manifestação, então os atos podem ser reprimidos pela força policial.”

## Riga Anilsa Borges da Silva

Doutoranda em Ciência Política na UFRGS, partiu de Cabo Verde em 2013 para fazer mestrado na Espanha e, há dois anos, vive no Brasil.

“As grandes questões que têm afligido a sociedade cabo-verdiana são o desemprego e, consequentemente, a violência. Somos uma das poucas nações no mundo que tem mais população na diáspora do que no próprio país. Essa particularidade faz com que a remessa monetária dos emigrantes tenha um papel fundamental na economia, a qual também se alicerça no turismo. Nesse sentido, a conjuntura internacional de crise e o fato de Cabo Verde ainda ser um país em desenvolvimento têm provocado instabilidade econômica.

A maioria dos jovens formados não consegue trabalho, em órgãos estatais ou privados, nem possibilidade de atuar de forma autônoma. A consequência disso é o elevado número de pessoas que têm estado a atuar à margem da lei, no mundo da violência.

Os desafios enfrentados atualmente são enormes e em quase todos os setores. Ainda assim, como cidadã, não poderia ter outro sentimento que não seja o de esperança. Digo isso porque acredito em nosso povo e sei que temos garra para trabalhar e construir um país melhor. No momento, sinto-me desafiada pelo desemprego, uma vez que essa situação deixa incerteza quanto ao meu futuro profissional.

Essa conjuntura fez com que eu aprendesse a valorizar as experiências que vivencio fora da minha terra durante esse período de formação acadêmica. De certa forma, espero canalizar as coisas boas que aprendi para o bem do meu país e colaborar de forma ativa. No que diz respeito à população em geral, acredito que o impacto dessa situação foi a descrença, principalmente dos jovens, nos sucessivos governos que têm dirigido o país. Os cabo-verdianos têm parecido esgotados face ao crescente desemprego e à propagação da onda de violência. Porém, não perderam esperanças. Em situações difíceis, a população tem apostado em empreendedorismo, principalmente as mulheres, que são as mais afetadas pela falta de trabalho. De igual modo, os cidadãos têm estado a pressionar os órgãos competentes para tomarem as devidas medidas de modo a diminuir a onda de violência.”



GUSTAVO DIEHL/SECOM



ROCHEL ZANONALI/SECOM

## Agossou Djosse Ignace Kokoye (Kadi)

Fora do Benim há sete anos, atualmente cursa o mestrado em Desenvolvimento Rural na UFRGS.

“A questão mais relevante é encontrar formas de alavancar o Produto Interno Bruto (PIB), o que tem relação direta com o principal desafio no momento, que é a criação de empregos para os jovens, com atenção especial para o campo. No Benim, a agricultura representa mais de 70% do PIB.

Mesmo que o país tenha uma democracia estável, com forças políticas que se alternam e que respeitam os resultados das eleições, há certa instabilidade, pois o atual presidente, que tomou posse há pouco, está revendo tudo o que foi feito até hoje. Cancelou os concursos realizados pela gestão anterior, sob a alegação que estes teriam sido fraudados, afastando inclusive os servidores que já haviam tomado posse.

Por outro lado, a revisão das políticas traz expectativas de melhorias na educação. Há uma nova diretriz que prevê a realização de um exame nacional para os egressos de licenciaturas que os credenciará ou não ao exercício profissional. Com isso, busca-se uma melhora no setor, pois são comuns cursos de licenciatura, especialmente em instituições privadas, que não têm qualidade. Isso dará mais peso para a educação no Benim, que já tem reconhecimento na África francófona.

Apesar da limitação nas vagas de emprego em geral, enxergo boas oportunidades para atuar no Benim, já que sou engenheiro agrônomo, uma área que é muito valorizada. Há, no entanto, um número muito grande de pessoas que fizeram curso técnico em finanças ou contabilidade, por exemplo, e não encontram emprego, pois é um setor já saturado. É preciso diversificar, criar outros tipos de emprego, atrair mais indústrias, desenvolver-se no plano econômico.”

# fricano

## Geraldino Kanhanga

Desde 2005 fora de Angola, atua, há três anos, exclusivamente como músico.

“Após viver quase três décadas de guerra, Angola alcançou a paz em 2002. Esses últimos 15 anos são um tempo muito pequeno para o país se reconstruir. Continuamos nesse processo de retomada. Mesmo assim, para quem vivenciou a guerra civil, só o fato de não haver confrontos já é um avanço. Hoje o país vive certa paz, mas ainda existem muitos conflitos políticos e econômicos. Continuamos sendo um país emergente que ainda precisa de muito mais para se reconstruir socialmente.

Quando alguém me pergunta como é Angola, faço uma análise bem sintética: economicamente, é um país que tem bastantes recursos naturais; política e socialmente é degradado. A sociedade permanece à margem da miséria, em função da corrupção e da má distribuição de renda – Angola tem uma classe média insipiente. Outra causa que contribui para a falta de crescimento do índice de desenvolvimento humano é que o país depende exclusivamente dos rendimentos da extração de petróleo e diamante. Precisamos ampliar a participação dos setores secundário e terciário e ficar menos dependentes de importações.

Essa situação impacta muito na vida das pessoas. Acredito que se o país tivesse alguns mecanismos de desenvolvimento, hoje eu não estaria aqui no Brasil. Estou formado desde 2010 e já teria capacidade de exercer minha profissão dentro do mercado angolano. Em função da conjuntura do país, não há uma perspectiva de expansão desse mercado.

Para a população que vive em Angola, é mais complicado. Costumo dar um exemplo pessoal: há algum tempo, minha filha precisou de uma consulta médica, então a levei a um posto de saúde aqui em Porto Alegre. A médica solicitou um exame de sangue, que consegui marcar já para o dia seguinte. Em menos de uma semana, estávamos com o resultado do exame e levamos para a médica, que já receitou a medicação. Em Angola, talvez nem na rede privada conseguiríamos isso – mesmo pagando não se tem um atendimento qualificado. Aqui não preciso de muito para ter acesso a tudo o que um cidadão necessita – ainda que saiba que há problemas que muitas pessoas enfrentam no Brasil. No meu país, é preciso ter muito recurso para ter um atendimento de saúde assim. Isso afeta diretamente a população.”



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

## Ìdòwú Akínrúli (Akin)

Músico da Nigéria que compartilha sua cultura em projetos da UFRGS, vive no Brasil há seis anos.

“Entre as maiores economias da África, a Nigéria é uma terra rica em vários elementos culturais, espirituais e econômicos. O desafio do país neste momento é achar alguém honesto que possa assumir o poder. O atual presidente até mostra ser honesto, mas seus assessores não estão deixando suas políticas fluírem. Recentemente, houve um bloqueio no fornecimento de gasolina para algumas regiões para impedir os desvios que estavam acontecendo. Isso afetou diretamente a população, que ficou um tempo desatendida.

Em termos espirituais e culturais, precisamos nos recuperar de uma perda de identidade. As pessoas sofreram uma lavagem cerebral desde a colonização inglesa. Na escola, os materiais utilizados são de fora e trazem a perspectiva do colonizador. Os alunos têm que usar um nome em inglês, comunicar-se nessa língua e estudar a religião cristã. Muitas famílias começaram a recusar seus nomes tradicionais. Os bebês já recebem nomes ocidentais. Ou seja, essa escolarização padronizada forçou a retirada de identidades, culturas e conhecimentos tradicionais.

No âmbito religioso, se os professores visitam as casas dos alunos e veem uma máscara que é símbolo dos ancestrais daquele povo, a associam ao diabo; forçam a família a se livrar dela. Antes da chegada do cristianismo e do islamismo, a população tinha sua religião tradicional, mas acabou perdendo a ligação com ela. Isso afeta a organização do povo.

Na Nigéria, temos desigualdade social, mas a gente não deixa de ajudar um ao outro. Essa é a diferença que percebo aqui no Brasil. Por exemplo, se eu estou em dificuldade no meu país, vou até um restaurante ou à casa de uma família e pergunto se podem me ajudar. Aqui chega ao ponto de as pessoas não quererem nem falar com você, já têm o ‘não’ pronto. Lá as pessoas são muito mais abertas para conversar, para tentar te aconselhar – mesmo que não possa ajudar com algo material, minha fala pode te ajudar a começar a pensar em uma saída.”

## Titos Domingos Quembo

Graduado em Antropologia em Moçambique, cursa o mestrado em Políticas Públicas na UFRGS há um ano.

“Moçambique tem vários desafios em quase todas as áreas. A questão mais atual é a falta de recursos financeiros para manter o país em pé. Há dois anos assumiu um novo governo, e descobriu-se que a gestão anterior havia se envolvido em dívidas com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) à revelia da Assembleia da República, que é a instituição que deve dar o aval a esse tipo de empréstimo.

Esse é o grande debate que a nação está a desenvolver agora, pois vive com quase 54% do seu orçamento dependente de ajuda externa. As instituições financeiras colocaram uma imposição para liberar novos recursos: o país deve garantir que essa dívida – por alguns considerada clandestina – será paga. Por um lado, os grupos sociais de massa, a Assembleia da República e outros atores sociais fortes dizem que o país não tem nada a ver com isso, que o ex-presidente e seu governo é que devem pagar esse empréstimo. Defendem que o caso seja julgado pela justiça. Já o governo atual aceita transformar essa dívida oculta em dívida pública, assumindo-a para conseguir novos empréstimos. Enquanto isso, o país vai enfrentando dificuldades, porque dependemos grandemente da ajuda externa.

Um efeito colateral da situação no âmbito da saúde pública – área que pesquiso – é a falta de coisas básicas, como medicamentos e profissionais contratados pelo sistema de saúde. Existe um número significativo de pessoas que estão a morrer de malária ou de tuberculose. São situações que não eram frequentes há cinco anos. Isso impacta muito na vida da população, porque os serviços básicos, como saúde e educação, não estão plenamente disponíveis. E a questão não está ligada ao status social ou ao estilo de vida da pessoa – mesmo tendo dinheiro, é difícil encontrar um serviço de saúde de qualidade, seja público ou privado. Quem pode, vai a países vizinhos, como a África do Sul, mas é uma burocracia que nem sempre vale a pena. Quando eu busco um serviço, ou não o encontro, ou ele não é da qualidade desejada, o que afeta diretamente na minha saúde e autoestima.”



GUSTAVO DIEHL/SECOM

GUSTAVO DIEHL/SECOM



# Representação equivocada

Quando chegou ao Brasil em 2015, Nathanaël Mbou Ngouaka, jornalista da República do Congo, surpreendeu-se de encontrar músicas que tinham sonoridades muito similares às do seu país. Logo descobriu que o desconhecimento era mútuo, o que em boa parte se explicava, segundo concluiu, pela representação equivocada dos países africanos na mídia brasileira. “Ela é errônea, porque os meios de comunicação não mostram de forma apropriada o que é a cultura e a riqueza da África; enfocam apenas aspectos negativos. Cada país tem, é claro, seus problemas, mas em geral são lugares bons de se morar, com muitas coisas boas”, pondera.

Para o jornalista, a falta de conhecimento sobre a África – que faz com que, aqui no Brasil, a maioria das pessoas ache que lá só há fome e guerra – impede que os brasileiros se deem conta da identidade comum que existe com algumas culturas do continente africano. Nesse sentido, Kadi, mestrando em Desenvolvimento Rural do Benim, é taxativo: “Observando a mídia, ninguém sente vontade de ser africano”.

O músico nigeriano Akin é mais contundente em sua análise: “Quando vejo o que a mídia está fazendo, o jeito como a África é representada, concluo que é uma lavagem cerebral para que as pessoas afro-brasileiras, que têm vontade de conhecer sua terra de origem, fiquem sem coragem de fazer essa viagem – pensando que vão chegar lá e encontrar só bombas, fome, doenças”.

Essa constatação é ainda mais aprofundada pelo bibliotecário de Guiné-Bissau Mamadú Embaló ao correlacionar a imagem negativa que se constrói acerca do continente africano

à influência que isso tem na identidade dos povos negros no Brasil. “É como se fosse um recado da mídia brasileira para os negros: ‘Vocês estão vendo? De onde vocês vieram só há pobreza e miséria, então fiquem quietos que vocês são nada!’”, denuncia.

Para Riga da Silva, estudante de doutorado em Ciência Política, os meios de comunicação continuam a estigmatizar o continente africano como lugar de desastres sociais, econômicos e políticos. Como exemplo, ela cita uma matéria recente feita sobre seu país por uma emissora brasileira. “Nessa reportagem, entre vários outros assuntos descreviam o quão difícil era a vida em Cabo Verde devido à falta de água. No entanto, foram para uma ilha do arquipélago onde existem apenas alguns pardais. Eles colocaram água em uma tampa e os pássaros começaram a beber, enquanto isso, eles descreviam ‘a sede de sobrevivência’. Esse tipo de apresentação de África não é um problema só da mídia brasileira; em outros locais também é comum descreverem o continente como se fosse um país gigante e homogêneo. Ainda assim, essa realidade vem mudando à medida que aumenta o debate sobre pluralismo de identidades em cada país africano”, avalia.

A estudante salienta que o problema dessa uniformização é o fato de que assim se negligenciam os costumes, as tradições e as particularidades étnicas e políticas que compõem cada um dos 54 países do continente. Apenas em Guiné-Bissau, exemplifica Mamadú, numa população com menos de 2 milhões de habitantes, há 25 etnias diferentes. “Eu sou Fula, meu colega de apartamento é Balanta. Se eu quiser me comunicar com ele, preciso falar em crioulo, que é a

língua nacional, pois, caso contrário, um não entende o outro”, relata.

Ele ressalta que a África nunca foi uma coisa única, e a homogeneização que se faz acarreta prejuízos em diferentes aspectos. “Outro dia estava lendo uma notícia que dizia que a Organização Mundial de Saúde estava enviando especialistas para a África por conta do surgimento de um novo surto de ebola. No entanto, não especificava onde era exatamente. Essa generalização leva a uma associação automática: alguém que me encontrar na rua vai pensar direto em ebola. O problema é que o estereótipo que se gera alimenta o preconceito”, reclama.

Na vinda para o Brasil, também estava no horizonte de Akin a intenção de mostrar sua cultura, a qual, segundo ele, não é aquela que está na mídia. “Em geral, as pessoas no Brasil veem um africano e já pensam: ‘ah, ele está sofrendo, coitado’. Aqui não se retrata a tradição. Se essas informações estivessem na mídia, isso ajudaria as pessoas a entenderem mais sobre a África e compreenderem por que os países estão como estão”.

Kadi alude à forte ligação que existe entre o Brasil e o Benim, algo muitas vezes negligenciado pelo público brasileiro. “Temos no litoral, próximo à cidade de Ouidah, a Porta do Não Retorno, monumento que lembra a saída dos povos escravizados. Nessa cidade vivem muito descendentes dos povos escravizados levados ao Brasil e que voltaram para o Benim. Eles são conhecidos como agudás. Só bem recentemente é que descobri que o nome deles – da Silva, do Rego, dos Santos – é, na verdade, o sobrenome da família dos senhores de escravo”, complementa.